

RELATÓRIO ANUAL

2023

FOGOCRUZADO

 **FOGOCRUZADO**

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	04
2. PROFECIA AUTO REALIZADA: A CRISE COMO RESULTADO DE UMA GESTÃO EQUIVOCADA	06
3. UMA SAÍDA POR MEIO DE UMA GESTÃO EFETIVAMENTE PÚBLICA E DEMOCRÁTICA	16
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
5. RIO DE JANEIRO	20
6. BAHIA	31
7. PERNAMBUCO	39
8. METODOLOGIA	48
9. FICHA TÉCNICA	49
10. SOBRE	50

APRESENTAÇÃO

Os meses de dezembro e janeiro apresentam um desafio para a equipe do **Instituto Fogo Cruzado**: como traduzir a realidade que os dados nos mostram e colocá-la ao alcance de todos, na esperança de que o ano seguinte seja finalmente diferente?

Posto de outra maneira: o que os dados coletados no ano que acaba de terminar nos dizem sobre a violência armada que afeta a vida de milhões de brasileiros? Estamos mais seguros ou mais expostos à violência? Estamos caminhando na direção certa ou investindo em políticas para “enxugar gelo”? Essas são algumas das perguntas que, ano após ano, nossa equipe busca responder. São, também, perguntas que estimulamos dentro o público que consome nossos dados e análises.

A retrospectiva de 2023, assim como a dos anos anteriores, infelizmente, provoca mais angústia do que esperança. Em outubro, a cidade do Rio de Janeiro viveu um dia de caos com a queima de 35 ônibus e o fechamento de várias vias importantes a mando de um grupo miliciano da Zona Oeste da capital após a morte de uma das suas lideranças em uma ação policial. Em Salvador, a morte de um policial federal durante uma operação policial de combate ao tráfico de drogas desencadeou uma operação vingança

e fez do mês de setembro o período com o maior número de pessoas mortas durante ações policiais, levando pânico para a população soteropolitana. No mesmo período, a violência armada forçou 70 escolas a suspenderem suas atividades por pelo menos quatro dias, em regiões diferentes da cidade. A Secretaria Municipal de Educação (Smed) afirmou à época que cerca de 21 mil estudantes foram afetados. Em novembro — mesmo após sucessivas operações policiais contra o Comando Litoral Sul, facção em franco crescimento no sul pernambucano — um turista foi assassinado em plena luz do dia, em um domingo de praia lotada em Porto de Galinhas, um dos principais destinos turísticos do estado.

Seria simplista dizer que esses episódios resumem o contexto de insegurança nas três regiões metropolitanas — de Recife, Rio de Janeiro e Salvador — em que o Instituto Fogo Cruzado monitorou a violência armada ao longo de todo o ano de 2023. Sabemos que a violência é um fenômeno complexo, multifacetado e com características distintas de estado para estado.



O QUE OS DADOS COLETADOS NO ANO QUE ACABA DE TERMINAR NOS DIZEM SOBRE A VIOLÊNCIA ARMADA QUE AFETA A VIDA DE MILHÕES DE BRASILEIROS? ESTAMOS MAIS SEGUROS OU MAIS EXPOSTOS À VIOLÊNCIA? ESTAMOS CAMINHANDO NA DIREÇÃO CERTA OU INVESTINDO EM POLÍTICAS PARA “ENXUGAR GELO”?

→ No entanto, os três episódios mencionados são exemplos emblemáticos de um problema grave enfrentado pelos três estados, bem como por boa parte do país. A má qualidade, ou mesmo a ausência de planos de segurança pública favorece um contexto de descompasso entre as causas da violência e as soluções implementadas pelos estados. Descompasso este que acaba resultando na deturpação da função social das forças de segurança do estado que, ao invés de produzirem segurança a todos os cidadãos, acabam se tornando um dos elementos que promovem e perpetuam a violência.

Em 2023, duas tendências muito provavelmente correlacionadas se destacaram nos três estados de atuação do Fogo Cruzado: **a violência policial e o avanço do controle territorial por grupos armados**. O destaque desse par explosivo de problemas em três dos estados mais populosos e importantes do país, merece atenção especial não apenas pela gravidade, mas também porque ele

revela uma crise nacional do modelo de segurança pública adotado no Brasil: a guerra às drogas. Crise esta que, embora já seja estruturante da segurança no país, se agravou justamente em um ano marcado pelo início de gestões executivas estaduais e federal. O ano era de expectativa sobre os recém-eleitos governos para que apresentassem e implementassem suas novas propostas na área. Mas, na prática, ficará marcado por um grande déjà-vu de medidas antigas e fracassadas. ■▶

EM 2023, DUAS TENDÊNCIAS MUITO PROVAVELMENTE CORRELACIONADAS SE DESTACARAM NOS TRÊS ESTADOS DE ATUAÇÃO DO FOGO CRUZADO: A VIOLÊNCIA POLICIAL E O AVANÇO DO CONTROLE TERRITORIAL POR GRUPOS ARMADOS.

PROFECIA AUTO REALIZADA: A CRISE COMO RESULTADO DE UMA GESTÃO EQUIVOCADA

Por décadas, o Brasil enfrenta o desafio de ser classificado como um dos países mais violentos do mundo. Em 2022, o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública reiterou a alarmante estatística de que, apesar de representar apenas 2,7% da população global, o Brasil concentra 20,4% dos homicídios mundiais, sendo que 13,5% dessas mortes resultam diretamente de intervenção policial.

Apesar da alta letalidade no Brasil ser um problema persistente, temos ainda mais perguntas do que respostas no que diz respeito às suas causas e consequências. O Sistema Único de Segurança Pública ainda não foi implementado em sua totalidade e, diante da falta de regulação e padronização, tanto os estados quanto a União tendem a produzir

dados e informações insuficientes, quando não de qualidade duvidosa, sobre a segurança.

A falta de informações consistentes não impede, contudo, que a população sinta na pele os efeitos da violência. Elevados índices de homicídios, conflitos territoriais, chacinas em áreas populares, assaltos e violências praticadas por agentes de Estado tornaram-se episódios cotidianos. Violência contra mulheres cis, mas também os mais altos índices do mundo contra pessoas trans e travestis, assustam aquelas que ano após ano se transformam em alvos cada vez mais comuns. E a violência racial opera como espinha dorsal da distribuição desigual de possibilidades de vida. Esses eventos criam uma atmosfera coletiva de insegurança e medo que aflige a sociedade.

A questão da segurança pública torna-se, assim, um tema recorrente nas campanhas eleitorais. Candidatos que se autodenominam combatentes incansáveis do crime e das drogas ganham destaque, prometendo melhorias na segurança, independentemente da viabilidade prática das suas propostas. Mas, embora a violência seja debatida e eleve candidatos ao poder, o cenário persiste.

Persiste porque a ausência de informações de qualidade inviabiliza o debate sério sobre segurança pública. Torna-se difícil — ou quase impossível — propor políticas alternativas ao modelo atual da gestão da segurança. E, assim, mesmo diante da insatisfação coletiva, o aprofundamento do modelo atual aparece como única opção.

Mas o que caracteriza o modelo — ou os modelos — de gestão da segurança pública em um país com dimensões continentais como o Brasil, com tantas singularidades a depender da região ou estado observado? O denominador comum mais gritante é a carência de políticas de



A VIOLÊNCIA RACIAL OPERA COMO ESPINHA DORSAL DA DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DE POSSIBILIDADES DE VIDA

→ segurança pública estruturadas. Característica, esta, que perpassa tanto a gestão da União, quanto às gestões estaduais e municipais das regiões metropolitanas onde o Fogo Cruzado atua, sendo característico também de muitos outros estados e municípios.

Em outras palavras, a política que prevalece é a da ausência. A ausência de uma abordagem coordenada, abrangente, sustentável e aberta ao escrutínio público. Neste contexto, a falta de investimento em prevenção à violência, o investimento massivo em ações que não surtem efeitos e a estigmatização e militarização de comunidades periféricas tornam-se elementos repetitivos da gestão. Como consequência, mesmo em contextos bastante diversos, o modelo vigente de segurança pública converge para uma abordagem reativa, centrada no punitivismo e na discriminação. Modelo que não apenas falha em proporcionar segurança à população, mas também compromete as condições de trabalho dos profissionais da segurança pública; colabora para a formação de milícias e grupos de extermínio; e aumenta progressivamente a população carcerária, fazendo dos presídios um “estado de coisas inconstitucional”, como já reconhecido pelo STF, e espaço fundamental para arregimentação pela violência de novos indivíduos para as organizações, especialmente às ligadas ao comércio ilícito de drogas e armas.

Caminha-se, assim, para uma padronização crescente dos problemas de segurança nesse Brasil continental. Quem, afinal, ao ligar o noticiário nacional, nunca teve

a impressão de que a violência retratada de outro estado descrevia perfeitamente a sua realidade local? Como explicar que, por exemplo, Rio de Janeiro e Bahia, onde prevalecem governos historicamente tão diferentes ideologicamente, enfrentam problemas tão parecidos?

O CASO DO RIO DE JANEIRO

As deficiências da gestão da segurança pública no Rio de Janeiro tornaram-se flagrantes com a aceitação da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 — também conhecida como ADPF das Favelas — em maio de 2020. A decisão do Supremo Tribunal Federal de restringir operações policiais em favelas por compreender que esse modelo de atuação colocava em risco as populações das periferias do Rio de Janeiro evoluiu para a exigência de um plano de redução da letalidade policial, e para o questionamento da ausência de um plano de segurança pública no estado. Até o final de 2023, os planos apresentados pelo governo do estado foram considerados insuficientes

pelo STF. As reformulações exigidas ainda não haviam sido realizadas.

A falta de governança e de um plano efetivo de segurança são responsáveis por manter o estado no noticiário nacional. No ano de 2023, o Programa Cidade Integrada do governo estadual do Rio completou um ano e os resultados, se não nulos, foram pífios. O programa se propõe a atuar em alguns territórios interpretados pelo governo como mais violentos, como Jacarezinho e Muzema. No Jacarezinho, o domínio do tráfico segue inalterado e os indicadores de violência com e sem a presença de agentes de segurança piorou entre 2022 e 2023 — respectivamente +77% e +50%. E na Muzema, a ocupação policial que faz parte do Programa não impediu a tomada da região pelo Comando Vermelho. Isto sem falar das milícias que seguem atuando com força no estado e, em outubro, promoveram um dia de caos na cidade, queimando 35 ônibus, estações de BRT e uma composição dos trens urbanos, como resposta à morte de uma das suas lideranças em uma operação policial. →

- No Rio de Janeiro não há, por parte do governo, diagnóstico dos problemas enfrentados. Não há produção de evidências para compreender o contexto da violência e também não há capacidade de construir e implementar um plano de segurança. Assim, a resposta pública adotada para resolver os problemas é uma velha conhecida: eleger alguns como inimigos do estado a serem caçados. O revezamento de traficantes e milicianos como inimigos públicos tem gerado resultados positivos? As megaoperações para prender traficantes e milicianos, que não raramente terminam em tiroteios e muitas mortes, trazem benefícios concretos para a população? A violência diminuiu?
- Os dados do Fogo Cruzado ajudam a responder essas perguntas. A redução do número de tiroteios no Grande Rio desde a pandemia, redução esta acentuada em 2023, poderia ser considerada um sinal de esperança na gestão pública, não fossem outros indicadores preocupantes.
- Por um lado, o número de disputas entre facções do tráfico e/ou milícias voltou a subir, atingindo o maior patamar da série histórica. O número de ataques a civis e ataques armados sobre rodas (casos em que ocupantes de um carro ou motocicleta passam atirando na direção de um grupo de pessoas sem descer do veículo), ambas dinâmicas bastante características das disputas relacionadas ao controle territorial armado, também voltaram a subir após dois anos em queda. A Zona Oeste do Rio parece ser o centro dessas disputas, concentrando um aumento de 53% nos casos de disparos de arma de fogo em relação a 2022. Não à toa, os 5 bairros com mais registros de tiroteios em 2023 ficam nesta região.

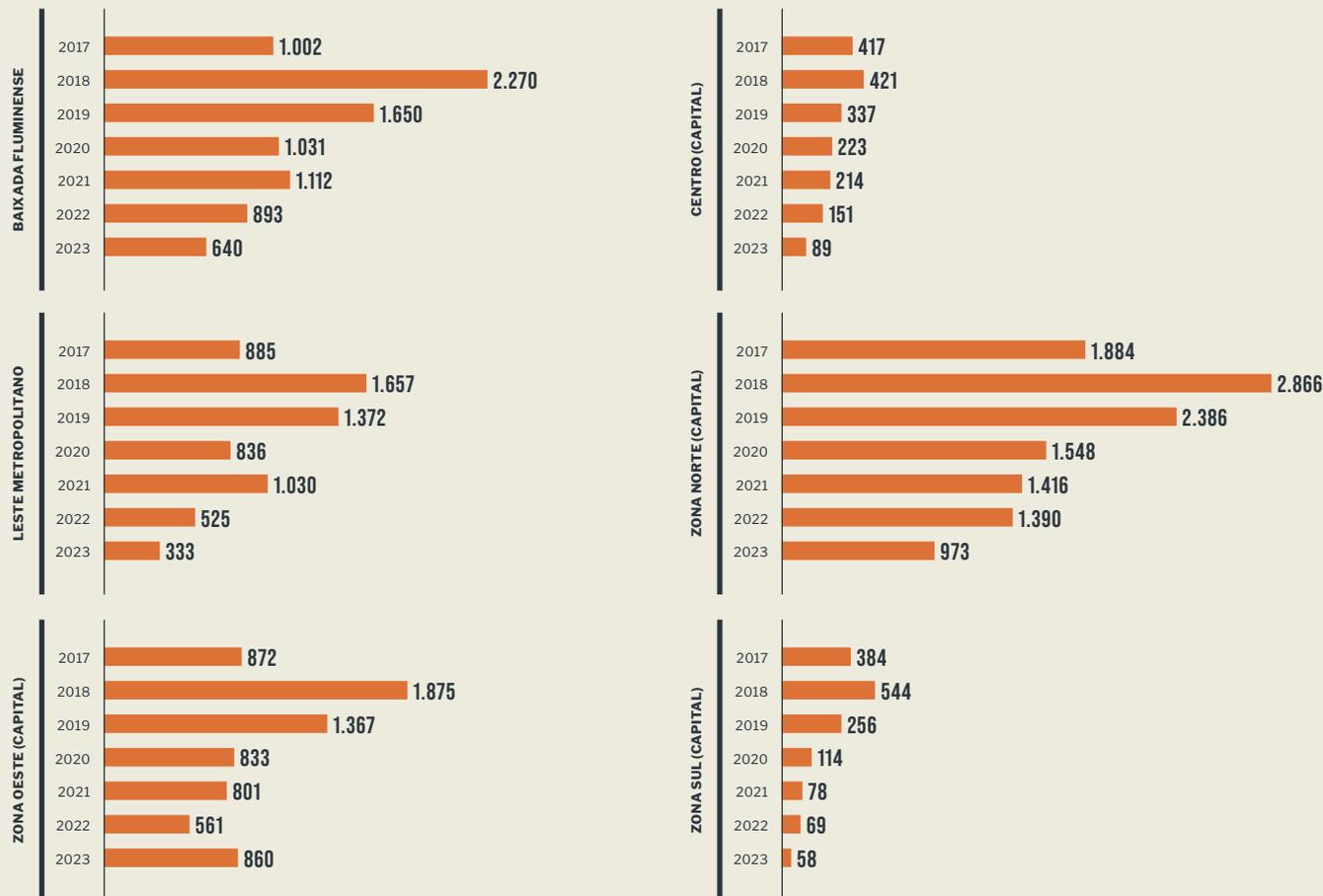
Não é possível entender o Rio de Janeiro de 2023 sem olhar com atenção para os dados da Zona Oeste da capital. Já nos primeiros meses do ano chamamos atenção para isso em relatórios e ao atender pedidos da imprensa.

Uma única rua da Zona Oeste consegue ilustrar o aumento das dinâmicas de violência na região. O Fogo Cruzado registrou, de janeiro a junho de 2023, 20 baleados somente na rua Araticum, no bairro do Anil, em Jacarepaguá. Das 20 vítimas, 14 morreram. Apenas esta rua teve o dobro de baleados em relação aos bairros da Zona Sul carioca — na zona sul foram dez baleados no primeiro semestre do ano, com quatro mortes. O Anil está na área da Zona Oeste disputada entre milicianos e o Comando Vermelho. →

AS MEGAOPERAÇÕES PARA PRENDER TRAFICANTES E MILICIANOS, QUE NÃO RARAMENTE TERMINAM EM TIROTEIOS E MUITAS MORTES, TRAZEM BENEFÍCIOS CONCRETOS PARA A POPULAÇÃO? A VIOLÊNCIA DIMINUIU?

→ Na Zona Oeste, região populosa e em expansão populacional, vimos crescer tiroteios, mortes e disputas sem que medidas relevantes fossem tomadas. Até que a violência extrema foi vista por todos em dois dias trágicos. Em 5 de outubro, três homens, médicos que visitavam a cidade para um congresso da profissão, foram mortos na praia da Barra da Tijuca. Diego Ralf Bomfim, Marcos de Andrade Corsato e Perseu Ribeiro Almeida foram executados ao serem confundidos com pessoas envolvidas nas disputas entre milicianos e traficantes. No dia 24 do mesmo mês, após a morte de Matheus da Silva Rezende, de 25 anos, conhecido como Faustão e sobrinho de Zinho, a cidade parou porque 35 ônibus foram queimados. Vias foram fechadas e os conflitos entre milicianos que há meses colocam a população em risco finalmente chamaram a atenção.

TIROTEIOS ANO A ANO POR REGIÃO DO GRANDE RIO



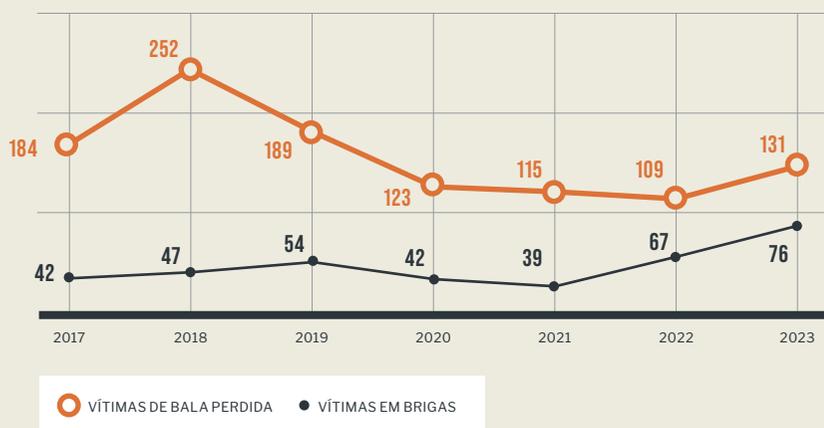
DADOS DA ZONA OESTE EM 2023



→ Por outro lado, destaca-se também o aumento da violência armada relacionada a crimes comuns e a maior circulação de armas nas ruas. O número de pessoas baleadas em brigas chegou ao maior patamar da série histórica (76 vítimas) e a recorrência de tiros sem explicação, os chamados tiros a esmo, só fica atrás do ano anterior (respectivamente 33 e 34 casos). Consequentemente, o número de vítimas de balas perdidas voltou a subir, após quatro anos em queda, mas com uma clara alteração de padrão, indicando que hoje o maior vilão da população é o descontrole do acesso a armamentos, que coloca armas nas mãos de pessoas erradas e, consequentemente, a população na linha de tiro.

Enquanto isso, as ações das polícias, que constituem a principal resposta do poder público para enfrentar a

DESCONTROLE DA VIOLÊNCIA ARMADA



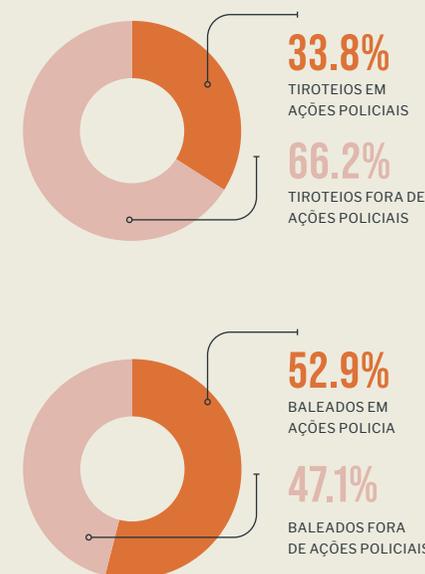
insegurança, seguem aparecendo como um dos fatores que causam a violência armada no Grande Rio ao invés de combatê-la. No biênio 2022/2023, o Fogo Cruzado identificou a maior proporção de tiroteios em situação de ações policiais (respectivamente 35% e 34%). O número de baleados em ações policiais também permaneceu inaceitavelmente alto em 2023, na casa de 53%, com desesperador destaque para a morte de crianças e adolescentes.

Em agosto, Thiago Flausino, um adolescente de 13 anos, foi morto após ser baleado na Cidade de Deus durante uma ação policial. Quatro PMs foram indiciados por fraude processual. A investigação paralela da família mostrou que os policiais utilizaram um carro descaracterizado na ação. A investigação oficial corroborou a versão.

Dias depois da morte de Thiago, outro adolescente foi morto durante uma operação da PM na Ilha do Governador. Wendell Eduardo tinha 17 anos e moradores protestaram

pela morte do jovem. Durante a manifestação, um tiro baleou e matou dentro de casa. Em setembro, Heloísa, de 3 anos, foi baleada após agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) dispararem contra o carro da família. Heloísa ficou dias internada, mas não resistiu. Os agentes viraram réus após denúncia da Procuradoria. →

VIOLÊNCIA ARMADA EM 2023



→ Eventos violentos com extensa cobertura da mídia contribuíram para que o governador Cláudio Castro anunciasse, em novembro, a recriação da secretaria de Segurança Pública, extinta pelo ex-governador Wilson Witzel em 2019. A cobrança da sociedade civil também parece ter contado a favor da decisão.

Uma das funções apresentadas para esta Secretaria é finalmente construir o Plano Estadual de Segurança Pública, medida já atrasada, mas ainda essencial para o Rio de Janeiro. À sociedade civil resta o dever de permanecer vigilante para a construção do plano de segurança pública. A elaboração deste documento falhará caso ignore a violência e corrupção policial como problemas cruciais.

O CASO DA BAHIA

Em um primeiro olhar, especialistas e leigos poderiam concordar e dizer que a Bahia é diferente do Rio de Janeiro por ter construído o Plano Estratégico do Sistema Estadual de Segurança Pública (PLANESP), com vigência de 2016 a 2025. No entanto,

embora existente, o plano parece uma peça jurídico-administrativa decorativa. Encontrá-lo disponível para download é por si só uma tarefa de perseverança. Como políticas tendem a não serem cumpridas na ausência de conferência pública, na prática, o Pacto pela Vida, o programa prioritário do PLANESP, não está em vigência. Importante ainda destacar que, apesar da Bahia constar há anos na lista dos três estados onde a polícia mais mata no Brasil, a letalidade policial não aparece como preocupação em nenhuma linha do plano.

Este é um ponto importante para compreender por que o controle externo dos governos — e das polícias — é imprescindível. Não basta redigir um documento. É preciso nele prever dispositivos para que ações sejam monitoradas por outros órgãos. E é fundamental que estes outros órgãos de controle externo, especialmente o Ministério Público, sejam atentos e céleres no monitoramento de excesso das polícias. A construção do PLANESP, aquém das necessidades da Bahia,

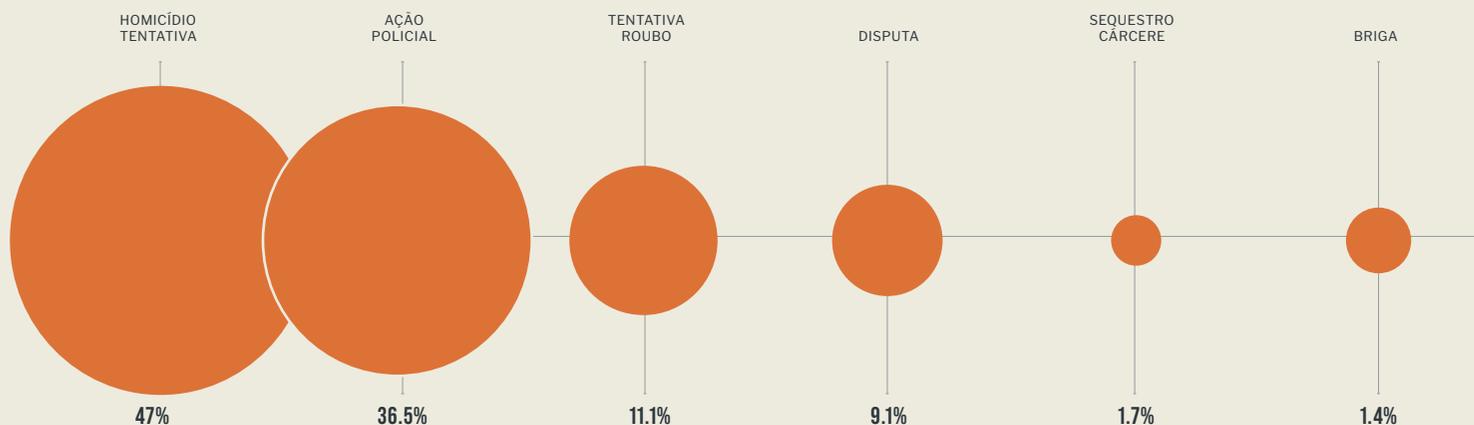
bem como o seu não cumprimento, ajudam a explicar por que os números da Bahia aproximam-se tanto dos do Rio de Janeiro, apesar de ter uma dinâmica mais recente de expansão e disputa entre grupos armados.

Em Salvador e região metropolitana — onde o Instituto Fogo Cruzado atua desde julho de 2022, em parceria com a Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas — os indicadores de violência armada estão em franca escalada. O primeiro semestre deste ano foi mais violento que o segundo semestre do ano passado. E o segundo semestre deste ano foi mais violento que os dois anteriores. Os dados do Fogo Cruzado apontam com clareza que as respostas policiais adotadas pelo estado, ao invés de melhorarem o problema, somam-se a eles. Em 2023, dos episódios de violência armada identificados, 37% ocorreram em situações de ação policial. Destacam-se também as frequentes chacinas policiais — uma a cada duas semanas — que, no ano passado, superaram as do Rio de Janeiro (33 contra 29).



→ Na contracorrente do aumento de tiroteios (e também de baleados) e do aumento da violência armada envolvendo forças policiais, estão indicadores de disputas entre grupos armados e também os indicadores de crimes comuns. É verdade que os números ainda são altos. Apenas em 2023, foram ao menos 165 tiroteios causados por disputa de territórios e 200 resultantes de assaltos. Destacam-se ainda os recorrentes casos de ataques contra civis (15) e de ataques armados sobre rodas (44), ambos fortes indicativos da ação de grupos criminosos.

Mas é importante destacar o aumento da violência policial é parte do problema de segurança pública no Estado da Bahia, e não pode ser relacionado em nenhuma hipótese com eficácia, eficiência, apresentando-se como responsável pela queda ou estabilidade de outros crimes. Ela é um sinal de alerta e deve ser combatido.



Esse alerta não passou despercebido por autoridades públicas. Em agosto e setembro, a violência na Bahia foi alçada a assunto nacional com a repercussão de casos como o assassinato da ialorixá Mãe Bernardete — que fazia parte de programa de proteção a testemunhas do governo — e da operação vingança desencadeada após a morte do policial federal Lucas Caribé Monteiro de Almeida. Setembro foi o mês em que mais pessoas morreram durante ações policiais em Salvador (72) — 41 delas depois do dia 15, data da morte de Caribé em Valéria. Diante desse cenário, o Ministério

Público e a Defensoria Pública, junto às demais representações do Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos do estado, convocaram uma audiência para que o governo do estado, além de prestar esclarecimentos, também viabilizasse um canal de diálogo com a sociedade civil, a fim de encontrar soluções para frear a escalada de violência.

Diante das pressões da sociedade civil e também de autoridades públicas ao longo do ano, o governo demonstrou iniciativas de reação em direção a uma gestão mais profissional e transparente da segurança. Ainda em setembro, duas portarias foram publicadas visando construir um plano de redução da letalidade policial e uma política de gestão e compartilhamento de dados. No entanto, não está prevista a participação deliberativa da sociedade civil em nenhum dos dois grupos de trabalho (GTs).

Em outubro, o governo deu mais um passo e realizou o Workshop (Re) Alinhando Dados para a Promoção da Paz e de Políticas de Segurança →

→ e Prevenção à Violência na Bahia. O evento de três dias envolveu a participação de variados agentes da segurança pública, além de outros órgãos do Estado, do Governo Federal e representantes da sociedade civil. O seminário culminou ainda na publicação de uma declaração conjunta e pública de caminhos possíveis para qualificar a produção de dados e a gestão de políticas por evidências na Bahia. E, finalmente, em dezembro de 2023, o governo do estado fez um movimento essencial para que as propostas do seminário se concretizem na prática: criou um Grupo de Trabalho com a participação da sociedade civil, para desenhar as estratégias de implementação das propostas conjuntas.

Assim como no Rio de Janeiro, não há como prever se as ações recentes do governo do estado serão suficientes para reverter o cenário de violência e a falta de planejamento. Mas, é preciso reconhecer que um passo foi dado. E que, no caso do estado da Bahia, o passo beira o ineditismo, por incorporar o diálogo com a sociedade civil.

O CASO DE PERNAMBUCO

Pernambuco, ao contrário dos dois estados apresentados anteriormente, é tido no cenário nacional como o estado que implementou uma das políticas de segurança mais exitosas no país, o Pacto pela Vida (PPV). Mas, aqui, algumas ressalvas precisam ser feitas.

Primeiro, mesmo com as reduções apresentadas ao longo dos anos, o estado nunca conseguiu manter as taxas de homicídios abaixo da média nacional. Segundo, apesar de prever níveis admiráveis de transparência e participação social, o PPV nunca alcançou e sustentou esses objetivos. Por um lado, o estado é conhecido por ter uma das mais estruturadas bases de dados de segurança do país. Por outro lado, esse reconhecimento é quase uma ilusão, visto que o estado também tem uma das políticas de acesso a informações de segurança mais restritivas. Pesquisadores frequentemente têm seus pedidos de LAI negados. E apesar de existir um site no qual é possível levantar indicadores de violência, eles só são apresentados de forma agregada por mês e por município. A alegação para não fornecer dados organizados por bairro, apesar desta informação existir e orientar a ação policial, é para evitar estigmatização das comunidades. Mas, na prática, a única coisa que se consegue evitar é o controle do que é implementado.

E terceiro, na ausência dos resultados esperados e em um contexto de pouca transparência e baixo controle externo e participação social, o programa fragilizou-se. Com o passar dos anos e o sucateamento do programa,

ele foi sendo abandonado, até tornar-se apenas um nome.

Foi nesse contexto, que o Fogo Cruzado começou a operar no estado em 2018. Ao longo dos anos expusemos o aumento da violência armada em plena pandemia, a insegurança até mesmo dentro de casa, os níveis assustadores de feminicídios e a violência em presídios, entre outras tendências.

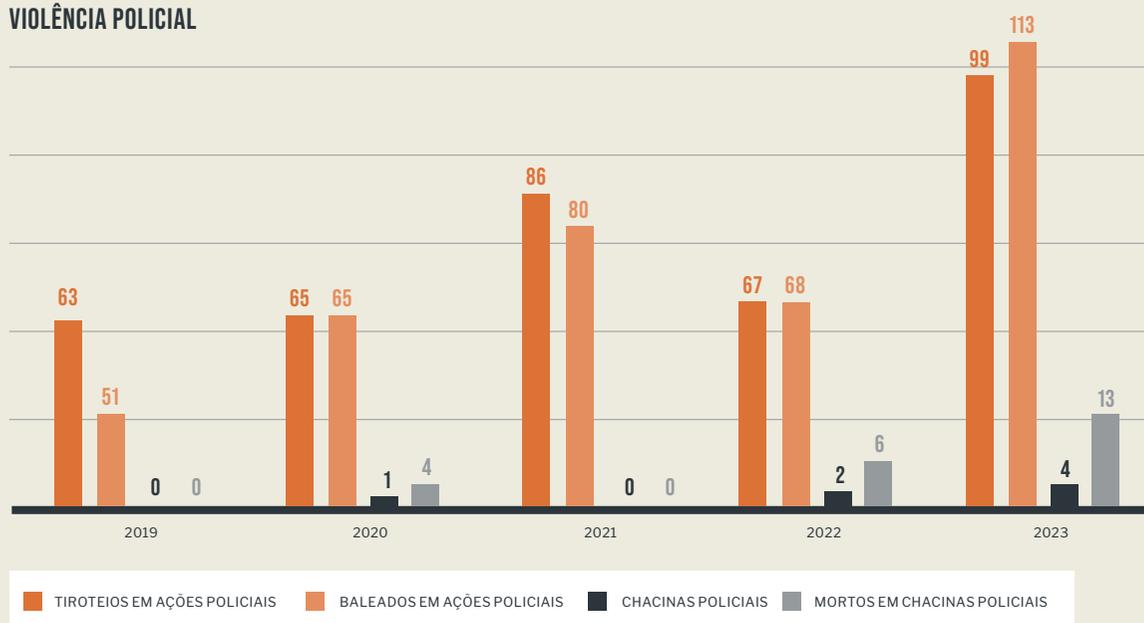
Em 2023, ainda que todos esses problemas continuem pertinentes, o grande destaque é justamente o que antes diferenciava Pernambuco do →

→ Rio de Janeiro e da Bahia: a violência policial. A violência policial não se destacou no ano passado pelo seu peso na produção das violências como um todo, como ocorre nos outros dois estados monitorados pelo Fogo Cruzado. Em Pernambuco, os tiroteios em ações policiais responderam por 5% do total de disparos de arma de fogo, contra mais de 30% nas demais regiões metropolitanas. Mas

a violência policial se destacou pelo impressionante aumento, batendo o recorde da série histórica. Em 2023, foram 99 ações policiais com disparos de arma de fogo que resultaram em 68 mortos e 45 feridos – um aumento de 41% nos casos e 71% no número de baleados em relação à média dos 4 anos anteriores. Foi também o ano com o maior número de chacinas policiais (4).

E como mostra a experiência de outros estados do país, o aumento da violência policial não produziu como resultado a diminuição de outros indicadores de violência armada, resultantes seja da disputa entre grupos armados ou da criminalidade urbana mais comum, como assaltos. Pelo contrário: em comparação às médias dos 4 anos anteriores, em 2023 cresceram indicadores de violência armada no Grande Recife associados aos crimes de ódio (+28%), à violência contra mulheres dentro de casa (+26%), às vítimas de bala perdida (+10%) e aos ataques armados sobre rodas (+45%) relacionados às disputas entre grupos armados e a atuação de grupos de extermínio.

VIOLÊNCIA POLICIAL



Em setembro, a região metropolitana do Recife teve a maior chacina já registrada no banco de dados do Fogo Cruzado, desde 2018, expondo novamente, em rede nacional, um velho problema que o PPV buscava solucionar: a atuação de grupos de extermínio envolvendo policiais. Em menos de 24 horas, oito pessoas foram mortas, incluindo 2 policiais militares, no município de Camaragibe. Tudo começou depois que PMs foram atender a uma suposta denúncia de um homem que disparava tiros para o alto. Houve troca de tiros e 2 agentes foram mortos, além de uma grávida e um adolescente baleados. No mesmo bairro, já na madrugada, três irmãos do atirador foram baleados por homens encapuzados. O crime foi transmitido em uma live no Instagram.

Na manhã do mesmo dia, os corpos da mãe e da esposa de Alex, o suposto atirador, foram encontrados em um canal na cidade de Paudalho. Às 11h, durante buscas



→ da Polícia Militar, o suspeito de ter iniciado os tiroteios foi localizado, trocou tiros com policiais e foi morto. Uma nona vítima, a gestante baleada, morreu mais de um mês após os crimes. Em dezembro, uma operação prendeu policiais militares suspeitos de envolvimento na chacina.

Todos esses indicadores devem ser sinais de alerta para a atual governadora, Raquel Lyra, eleita com a promessa de elaborar um novo plano de segurança pública para substituir o PPV. O novo plano foi apresentado apenas no apagar das luzes de 2023, com atraso no cronograma e com ressalvas importantes. A primeira delas diz respeito à falta de participação social. Em julho de 2023, foi lançada a política de segurança intitulada Juntos pela Segurança, uma espécie de conjunto de intenções. O lançamento aconteceu em um evento esvaziado de atores da sociedade civil e sem ampla divulgação. Na ocasião foi anunciado que haveria oficinas temáticas onde a participação da sociedade civil seria contemplada na construção do plano que comporia

a política. Um mês depois, com atraso, as oficinas começaram a acontecer, mas a sociedade civil compareceu mediante a convites muito pontuais e não de forma ampla. A dinâmica se repetiu: alta participação de membros do governo, baixa participação da sociedade civil.

A versão mais estruturada do plano era prometida para setembro, mas foi lançada em novembro. Novamente, permanecem muitas dúvidas a respeito dos objetivos e metas do plano, bem como de quais estratégias serão adotadas para implementá-lo. Entre as incertezas está se será cumprida — e como será — a ousada meta de redução de 30% das mortes violentas ocorridas no estado até 2026. Embora essa meta tenha sido recebida com expectativa pela sociedade civil, é inegável que há também ceticismo com relação a ela.

Ceticismo porque o plano não traz, por exemplo, o controle de letalidade policial como parte desta meta, mesmo diante do crescimento recente deste indicador e da preocupação expressa inclusive em audiência da ALEPE neste ano. E ceticismo também porque não foram disponibilizados estudos que justifiquem como foi feito o cálculo para chegar aos 30% de redução e nem quais são as estratégias efetivas para alcançá-la. Cabe observar, nesse sentido, que no PPV foi estabelecida uma meta anual de redução de 12%, que nunca chegou a ser cumprida, nem em sua melhor fase.

O desejo da sociedade civil de participar e contribuir segue grande, assim como era durante o governo de

transição, quando, ainda no final de 2022, o Fórum Popular de Segurança Pública se organizou para elaborar uma série de propostas numa perspectiva cidadã de diálogo com o novo governo. As propostas do Fórum se distribuíram em temas importantes como: 1) Prevenção Social do Crime e da Violência; 2) Violência Armada: controle de armas e munições; 3) Violência contra Crianças, Adolescentes e Jovens; 4) Sistema de Justiça Criminal; 5) Política de Drogas; 6) Direito ao Território; 7) Enfrentamento do Genocídio; 8) Fortalecimento das Lutas e Movimentos Sociais; e 9) Comunicação e Tecnologias.

Passado um ano, o governo ainda não se colocou à disposição para sequer receber tais propostas. ■▶

UMA SAÍDA POR MEIO DE UMA GESTÃO EFETIVAMENTE PÚBLICA E DEMOCRÁTICA

A experiência concreta dos três estados monitorados pelo Fogo Cruzado permite observar como a gestão equivocada da segurança pública colabora não apenas para a manutenção de problemas persistentes de segurança no país, mas também para um cenário no qual a própria ação do Estado se torna parte do problema.

Em síntese, a persistência do cenário violento no Brasil está intrinsecamente ligada à ausência de um debate sobre segurança pública substantivo, maduro e baseado em evidências. A necessidade de reformas estruturais é evidente, exigindo uma abordagem que vá além do foco ostensivo e punitivo. O desenvolvimento de políticas eficazes e inclusivas é crucial para proporcionar segurança. A

boa política de segurança pública deve contemplar condições adequadas para as instituições policiais e promoção dos direitos fundamentais aos cidadãos.

Este relatório, bem como sete anos de produção de dados pelo Instituto Fogo Cruzado, destaca a urgência de redefinir o paradigma da segurança pública no Brasil, visando não apenas a redução da violência, mas também a construção de uma sociedade mais segura e justa

para todos os cidadãos. Para tanto, alguns elementos básicos precisam fazer parte das políticas de segurança pública, tanto no nível estadual, quanto no nível federal.

Três décadas de experiência deveriam ser suficientes para demonstrar que uma segurança pública conduzida a partir de discursos de autoridade e instinto militar não conseguirá superar os desafios da atualidade. O negacionismo não é prejudicial apenas em uma crise sanitária. Toda política pública, seja ela de saúde, educação ou segurança, precisa estar baseada em evidências.

Hoje, ao observar como são implementadas políticas de segurança, mesmo quando são supostamente orientadas por planos de segurança, percebemos que o papel das evidências, para subsidiar decisões e monitorar as ações, é, quando muito, coadjuvante. Em uma área na qual as emoções tomam conta, as respostas oferecidas geralmente são mais midiáticas do que efetivas. O espetáculo prevalece sobre a prevenção. O eleitoreiro se sobrepõe ao constitucional.

TRÊS DÉCADAS DE EXPERIÊNCIA DEVERIAM SER SUFICIENTES PARA DEMONSTRAR QUE UMA SEGURANÇA PÚBLICA CONDUZIDA A PARTIR DE DISCURSOS DE AUTORIDADE E INSTINTO MILITAR NÃO CONSEGUIRÁ SUPERAR OS DESAFIOS DA ATUALIDADE

UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA IMPLICA NA NECESSIDADE DE QUE O GOVERNO PRESTE CONTAS DAS SUAS AÇÕES PARA A SOCIEDADE. PARA TANTO, OS PLANOS DE SEGURANÇA PRECISAM PREVER MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

→ O primeiro passo, nesse sentido, essencial para a mudança do paradigma da segurança é exigir deste campo que ingresse na era democrática e se submeta aos princípios da gestão pública, como ocorreu com as políticas de educação, saúde e assistência social nas décadas de 1980 e 1990. Isso significa exigir de todos os estados da federação que ancorem as suas ações em Planos Estaduais de Segurança Pública, passíveis de serem monitorados por órgãos de controle e também pela sociedade civil. Estes são documentos de vital importância para guiar estrategicamente a implementação de ações integradas e estruturadas, visando não apenas a redução da criminalidade, mas também o fortalecimento da segurança em suas várias dimensões. São eles responsáveis por coordenar e integrar esforços entre diversos órgãos públicos e setores relacionados à segurança, como polícia, sistema prisional, mas também assistência social, saúde, educação e outros. Isso ajuda a direcionar os esforços a longo prazo, evitar redundâncias, melhorar a eficiência e otimizar os recursos disponíveis.

UM PLANO É TÃO BOM QUANTO OS DADOS QUE O SUBSIDIAM

Atualmente, as instituições governamentais são as principais fontes de dados sobre violência. Entretanto, é necessário questionar se esses dados são suficientes para uma compreensão aprofundada do problema. Lacunas de informações podem comprometer a eficácia das políticas implementadas, destacando a importância de discutir e superar essas limitações.

O engajamento da sociedade civil é crucial para complementar as informações disponíveis. Em alguns estados, apenas a sociedade civil produz dados sobre casos de violência, ou é ela que produz os dados mais abrangentes, evidenciando a necessidade de maior transparência por parte dos governos. No caso dos três estados tratados, foi justamente a insuficiência dos dados governamentais, que suscitou o surgimento do Instituto Fogo Cruzado, bem como o de outras organizações dedicadas à produção cidadã de dados. Hoje, essas organizações são essenciais

para, por exemplo, qualificar informações e dimensionar os efeitos da atuação policial na perpetuação da violência armada no país.

Uma gestão democrática implica na necessidade de que o governo preste contas das suas ações para a sociedade. Para tanto, os planos de segurança precisam prever mecanismos de transparência e controle. Eles precisam incluir órgãos de controle do Estado, como: Ministério Público, Tribunais de Contas, Assembleias Legislativas, Ouvidorias e Corregedorias. E também precisam incluir dispositivos para que a sociedade civil — representada por, por exemplo, pesquisadores, jornalistas e ativistas — possa acompanhar e monitorar as ações governamentais e seus efeitos.

A fundação de um novo paradigma da segurança pública, depende, entre outros fatores, do próprio cumprimento da Constituição de 88. Se a segurança pública é não só direito, mas também responsabilidade de todos, só será possível construir um estado mais seguro com a



→ participação direta da sociedade civil, seja no levantamento e na qualificação das informações, seja no direcionamento e monitoramento das ações prioritárias.

PROBLEMAS NACIONAIS EXIGEM SOLUÇÕES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA NACIONAL

Por fim, é importante destacar que, atualmente, a crise do modelo de segurança não é localizada em um ou outro estado. Ela é um problema nacional. Vivemos a crise de um modelo de fictícia guerra às drogas, que atinge desigualmente os desiguais, baseado na alta letalidade, no confronto em detrimento de inteligência, na baixa qualidade da informação, na pouca transparência de dados e no afastamento entre sociedade e governos.

O governo federal tem um papel importantíssimo para mudar este cenário. Mas não trará resultados investindo em ações midiáticas que, na prática, só reforçam as ações ineficazes adotadas pelos estados, como as GLOs e as intervenções federais mal planejadas. Em vez de reforçar o policiamento em estados

sem o devido conhecimento das particularidades locais, o governo federal deveria investir no estímulo à construção de uma gestão democrática dos problemas da segurança. A perspectiva nacional, mais afastada da administração dos problemas diretamente, deveria ser vista não como uma desculpa para não agir, mas como uma oportunidade para agir de forma estratégica. O governo federal está em uma posição única para identificar problemas que atravessam as fronteiras dos estados e propor soluções conjuntas. Encontra-se também em posição única para reconhecer abusos ou negligência na atuação dos estados e incentivar à criação de medidas para solucioná-los, como a construção de planos estaduais de segurança, usando, para isso, a destinação de recursos públicos de fundos nacionais e o apoio de especialistas federais para estimulá-los. ■▶

VIVEMOS A CRISE DE UM MODELO DE FICTÍCIA GUERRA ÀS DROGAS, QUE ATINGE DESIGUALMENTE OS DESIGUAIS, BASEADO NA ALTA LETALIDADE, NO CONFRONTO EM DETRIMENTO DE INTELIGÊNCIA, NA BAIXA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO, NA POUCA TRANSPARÊNCIA DE DADOS E NO AFASTAMENTO ENTRE SOCIEDADE E GOVERNOS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o ano de 2023 começou marcado por grandes expectativas. O início de novos governos, após uma eleição em que, novamente, a população se posicionou sobre a importância da segurança pública. Havia a promessa de uma virada política nesse tema. No entanto, as respostas apresentadas tanto no nível nacional, quanto no nível local, nos estados onde o Fogo Cruzado atua, ficaram aquêm do desafio.

Diante da hesitação das autoridades públicas, velhos problemas de segurança — como o avanço do crime organizado e da violência policial — se agravaram e, mais uma vez, produziram espetáculos públicos alardeados nos jornais nacionais. Os acontecimentos de 2023 são apenas mais um exemplo de que não haverá

uma saída mágica, nem rápida, para todos os problemas desse modelo de segurança pública disfuncional em vigor há anos. Mas eles também deixam claro, que não podemos continuar reproduzindo um modelo que nunca trouxe resultados.

Precisamos compreender que o único caminho possível passa pelo fortalecimento da gestão pública da segurança. O Governo Federal precisa fornecer os subsídios e estimular os estados a produzir Planos de Segurança Pública: baseados em diagnósticos abrangentes e rigorosos, que proponham objetivos e metas claras, bem como dispositivos de monitoramento que incluam a sociedade civil.

Enquanto o Estado se omite, e insiste em medidas falidas, a sociedade civil faz a sua parte

através da geração cidadã de dados (GCD). No tempo do “BIG DATA” onde o mundo é consumido por massivas bases de dados, não é possível que continuemos aceitando como desculpa a dificuldade do governo em produzir informações sobre a sua própria atuação e as dinâmicas de violência que assolam a população.

Dados são uma das principais bases para formulação de políticas públicas e, em linhas gerais, são a melhor maneira de traduzir para o poder público realidades locais. Mas, os dados governamentais, em geral, não abordam a periferia de maneira satisfatória, gerando efeitos reais na construção de políticas, perpetuando desigualdades. Produzir dados colaborativamente, a partir dos territórios, da experiência da própria sociedade civil, aparece assim como um caminho possível para superar as ausências e complementar as bases de dados governamentais, monitorar o governo e cobrar por investimentos mais efetivos e condizentes aos nossos problemas. A este fim são apresentados os dados a seguir, coletados pelo Instituto Fogo Cruzado em 2023. O conhecimento é o primeiro passo para a mudança. E esta é a nossa contribuição. 

01 RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

EVOLUÇÃO TEMPORAL DE TIROTEIOS, MORTOS E FERIDOS



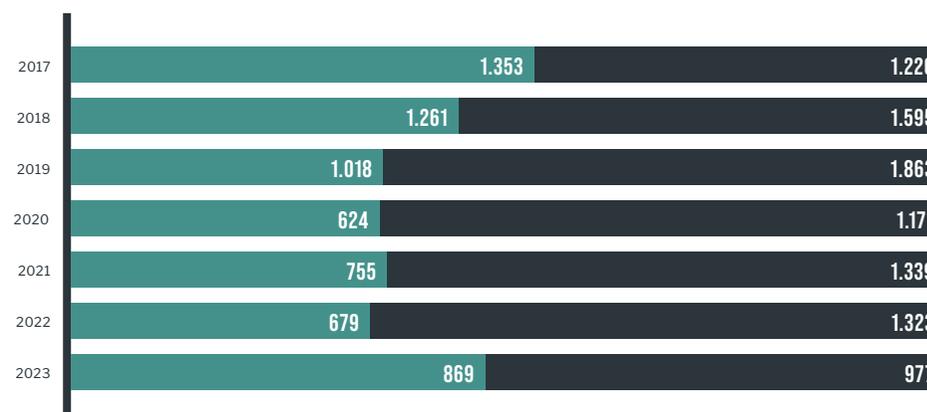
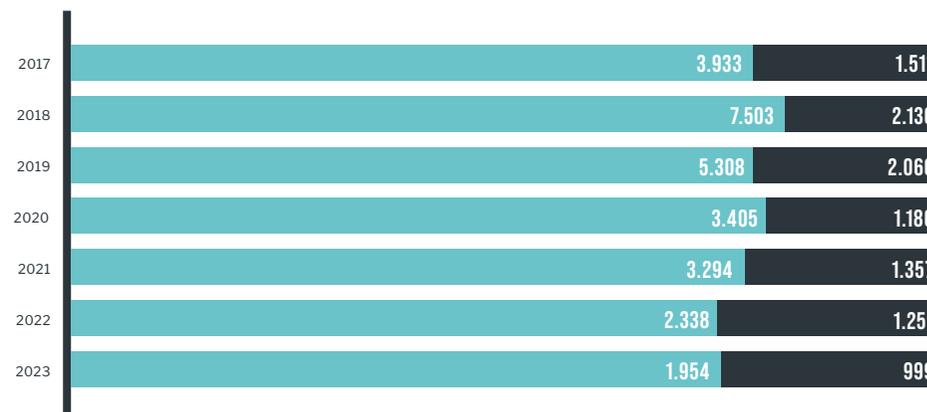
2.953

tiroteios foram mapeados pelo Fogo Cruzado em 2023. Esse é o menor número de tiroteios e disparos de arma de fogo registrado na série histórica desde 2017.

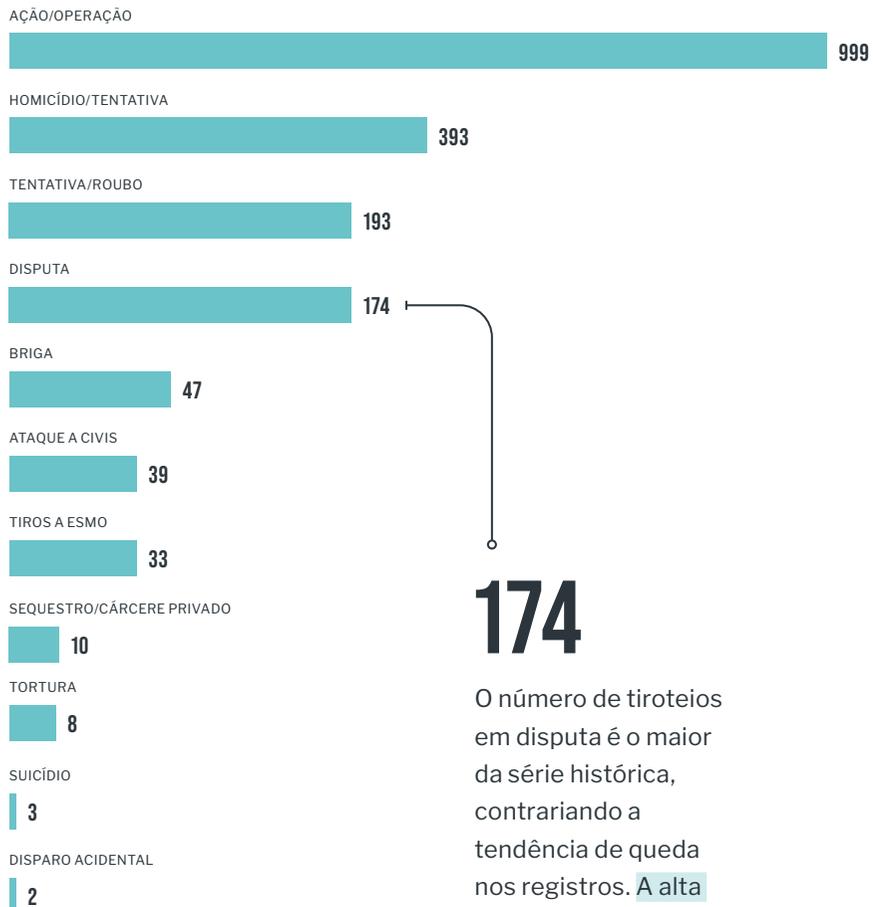
999

Os tiroteios mapeados durante operações policiais representam 34% do total de tiroteios de 2023. Patamar muito próximo ao registrado em 2022 (35%) e segundo maior da série histórica.

EVOLUÇÃO TEMPORAL DE TIROTEIOS E BALEADOS (COM E SEM AÇÃO POLICIAL)



RANKING DE MOTIVOS DOS TIROTEIOS EM 2023

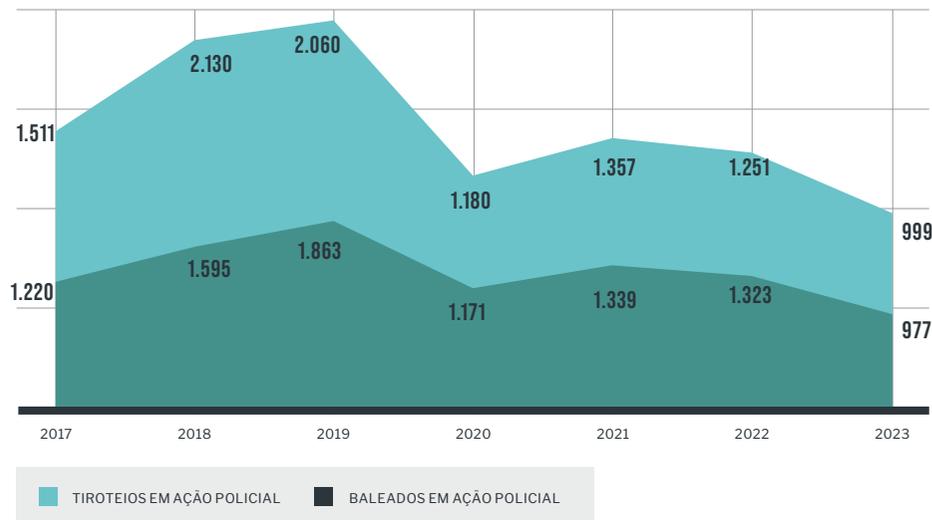


174

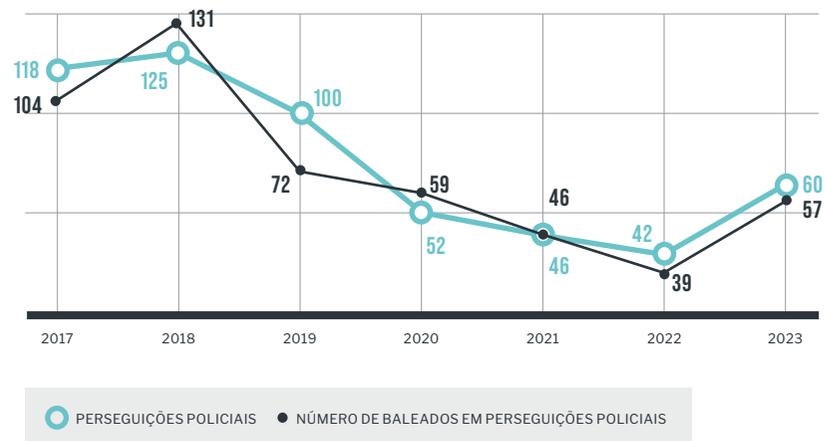
O número de tiroteios em disputa é o maior da série histórica, contrariando a tendência de queda nos registros. A alta é de 55% em relação ao ano anterior.

VIOLÊNCIA POLICIAL

Evolução temporal de tiroteios e baleados em ação/operacão policial

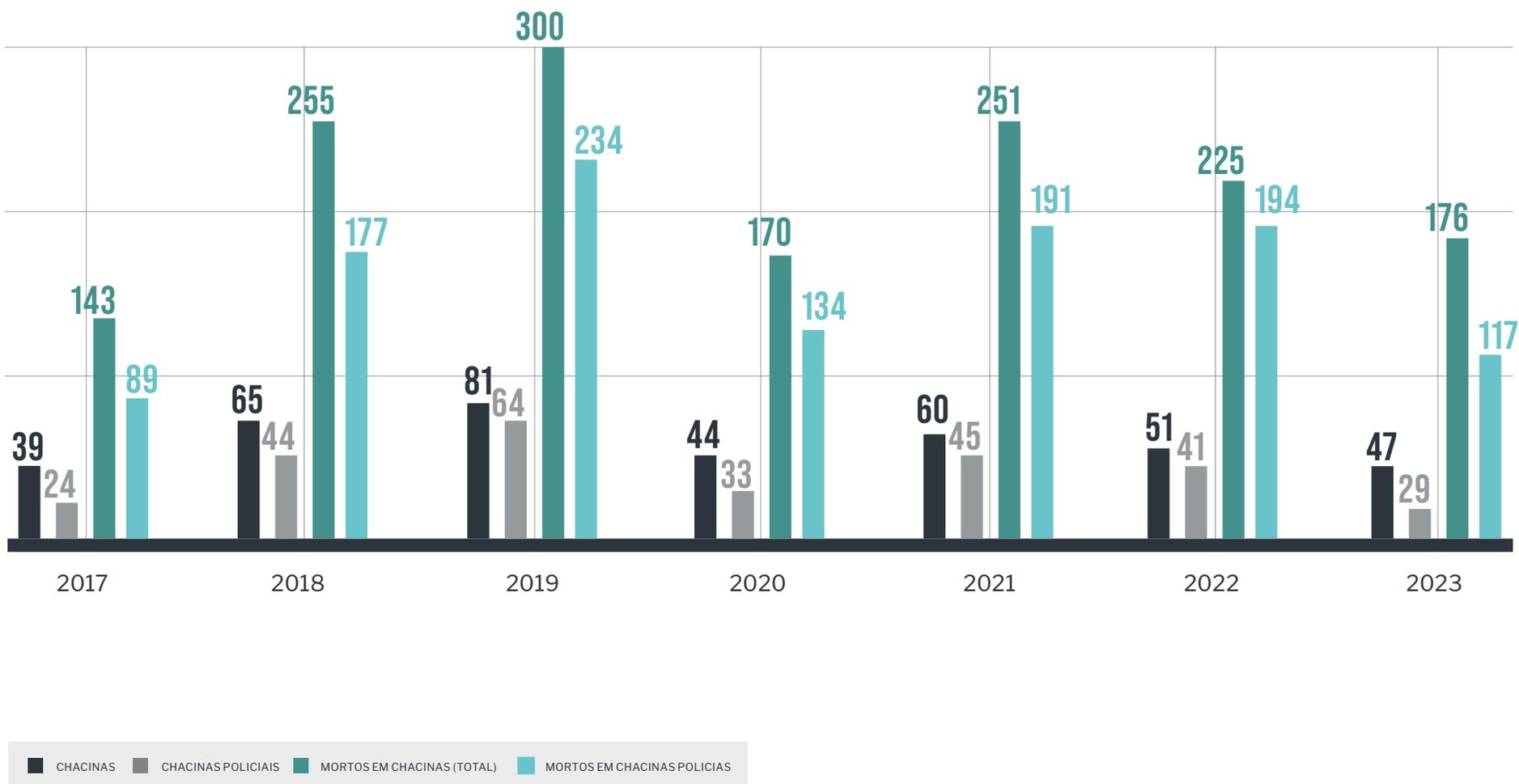


Evolução temporal de perseguições policiais



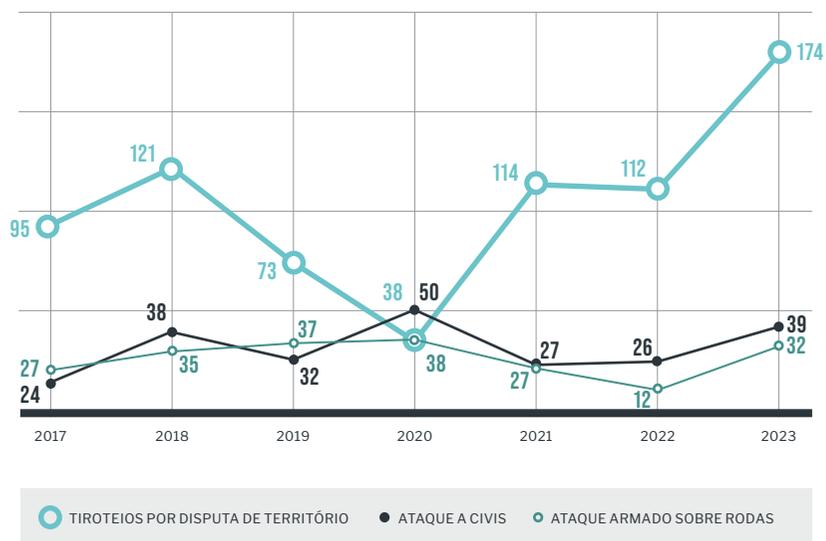
VIOLÊNCIA POLICIAL

Evolução temporal de chacinas e mortos em chacinas



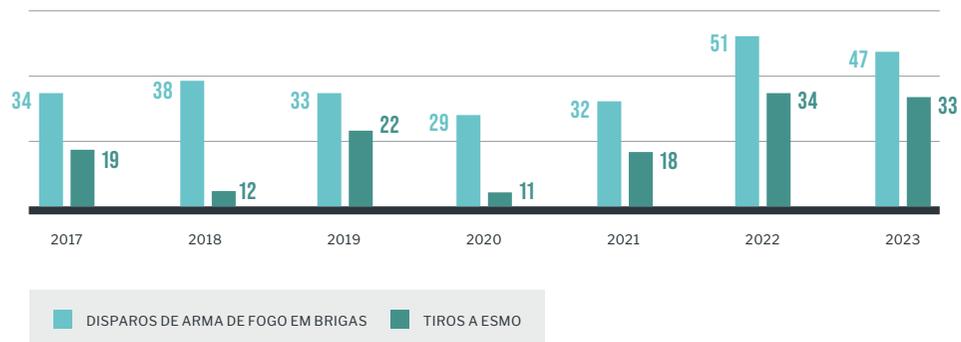
DISPUTA POR CONTROLE ARMADO DE TERRITÓRIOS

Evolução temporal dos tiroteios por disputa de território, ataque a civis e ataques armados sobre rodas

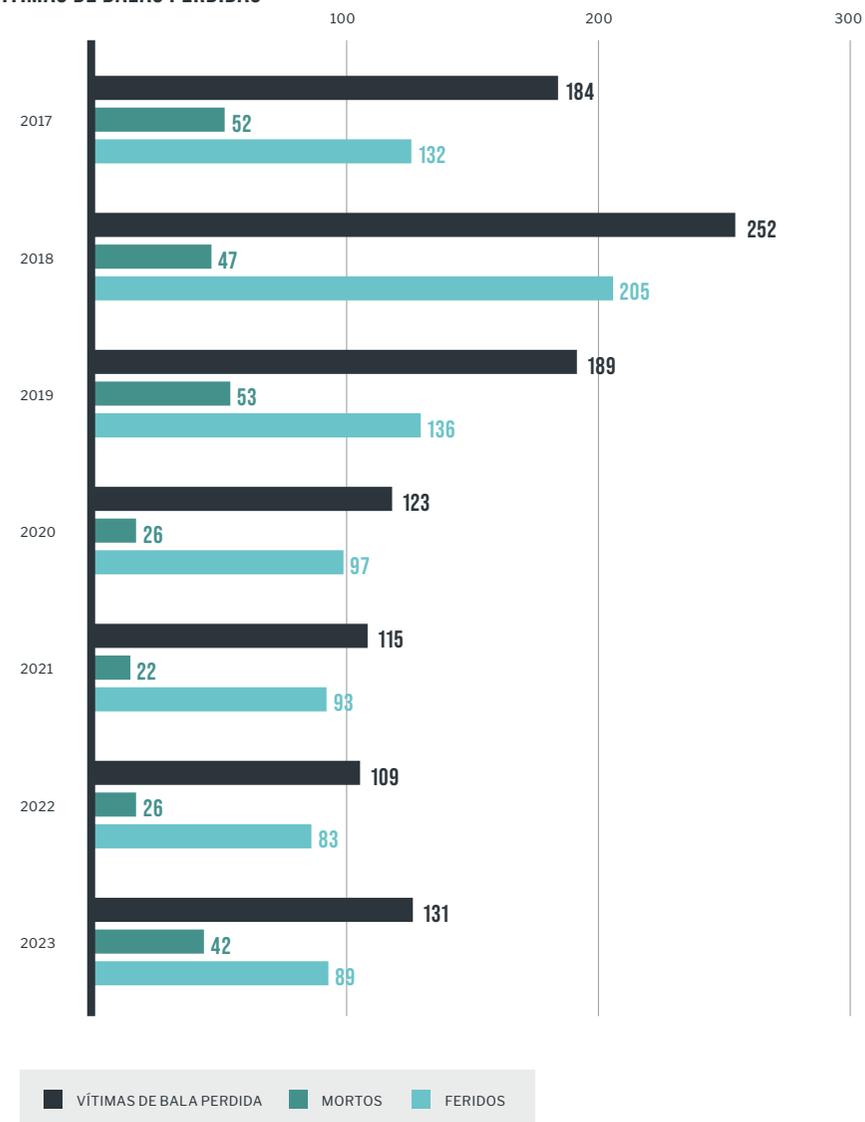


DESCONTROLE DA VIOLÊNCIA ARMADA

Evolução temporal de tiros em brigas e tiros a esmo



VÍTIMAS DE BALAS PERDIDAS



NÚMERO DE BALEADOS EM 2023

1.846

RAÇA NÃO FOI IDENTIFICADA

1.516
82% DOS CASOS

DISTRIBUIÇÃO DAS VÍTIMAS ENTRE HOMENS, MULHERES EM 2023



20%

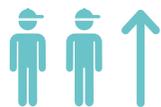
É a alta no número de mulheres baleadas em comparação com 2022



24 CASOS

de feminicídio ou tentativa de feminicídio: maior número registrado desde 2016.

213%



foi a alta de crianças baleadas em relação a 2022. dentre adolescentes também houve alta de 5%.

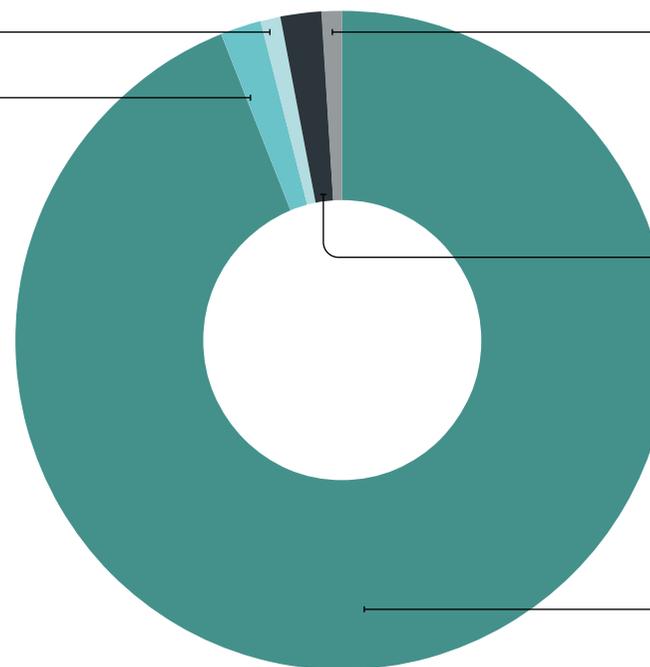
DISTRIBUIÇÃO DE VÍTIMAS POR GRUPO ETÁRIO EM 2023

1.4%

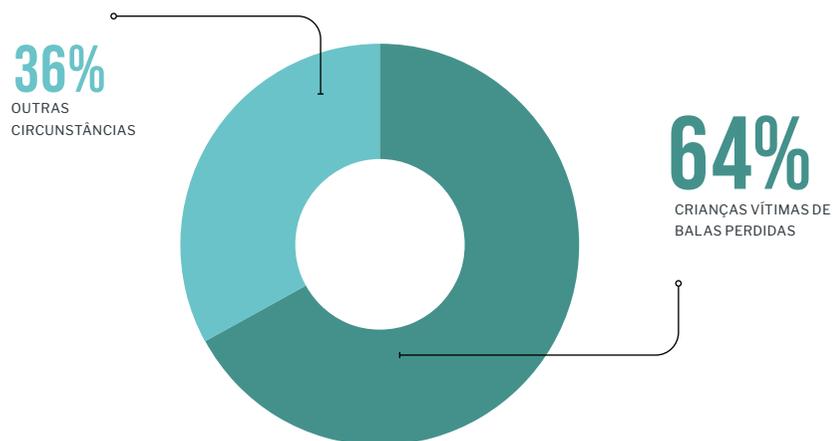
CRIANÇAS

2.5%

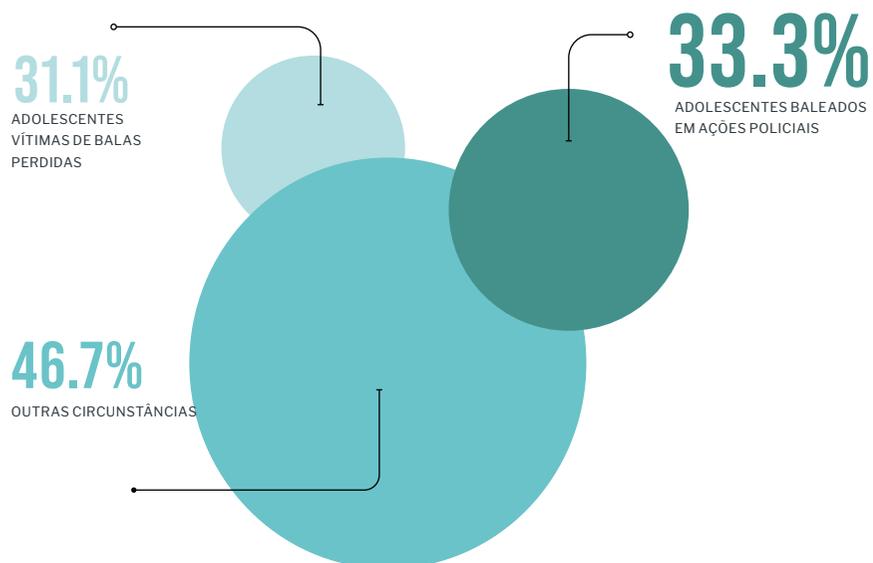
IDOSOS



CRIANÇAS BALEADAS: CIRCUNSTÂNCIAS EM 2023



ADOLESCENTES BALEADOS: CIRCUNSTÂNCIAS EM 2023

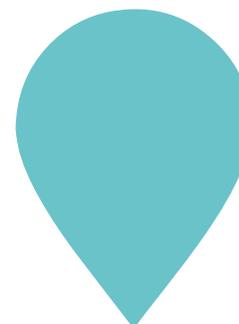


TRABALHADORES INFORMAIS BALEADOS EM 2023

19
ENTREGADOR/MOTOBOY



18
MOTOTAXISTA



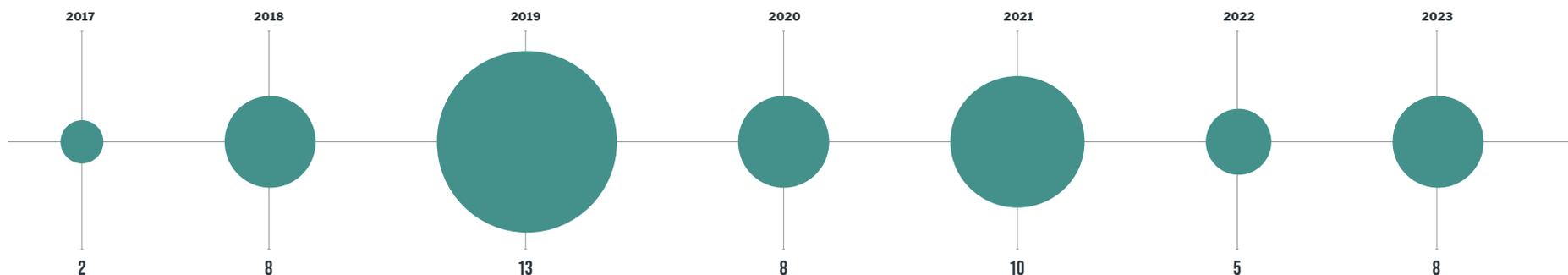
11
MOTORISTA DE APLICATIVO



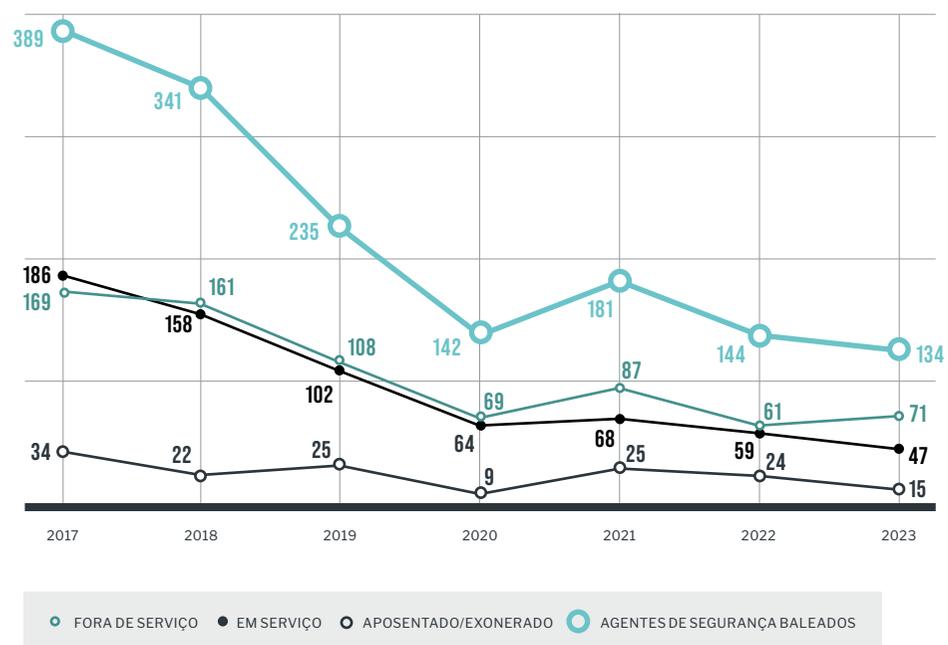
10
VENDEDOR AMBULANTE



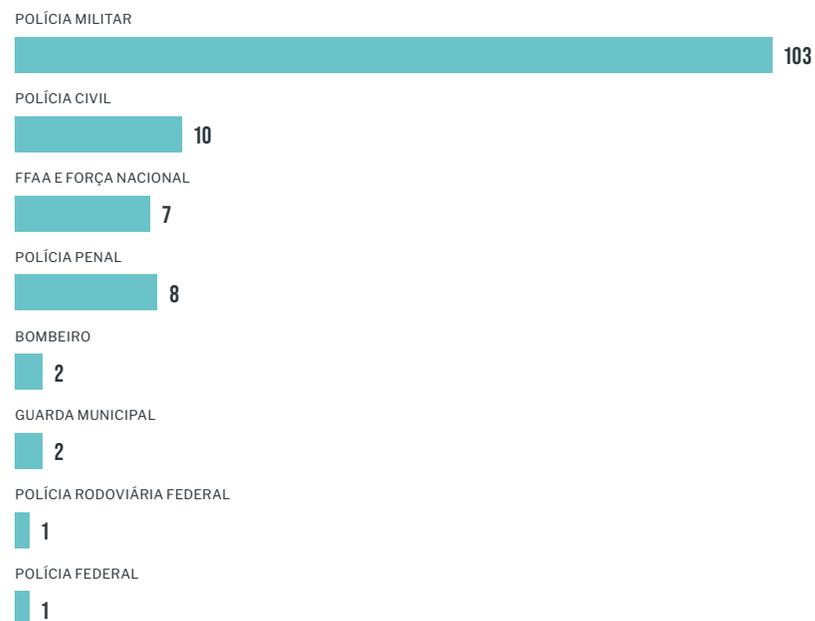
EVOLUÇÃO TEMPORAL DE POLÍTICOS BALEADOS



EVOLUÇÃO TEMPORAL DE AGENTES DE SEGURANÇA BALEADOS



AGENTES BALEADOS POR CORPORAÇÃO EM 2023



TIROTEIOS POR REGIÃO EM 2023

CAPITAL | ZONA NORTE



CAPITAL | ZONA OESTE



BAIXADA FLUMINENSE



LESTE METROPOLITANO



CAPITAL | CENTRO



CAPITAL | ZONA SUL



TIROTEIOS FORA DE AÇÃO POLICIAL AÇÃO POLICIAL

BALEADOS POR REGIÃO EM 2023

BAIXADA FLUMINENSE



CAPITAL | ZONA OESTE



CAPITAL | ZONA NORTE



LESTE METROPOLITANO



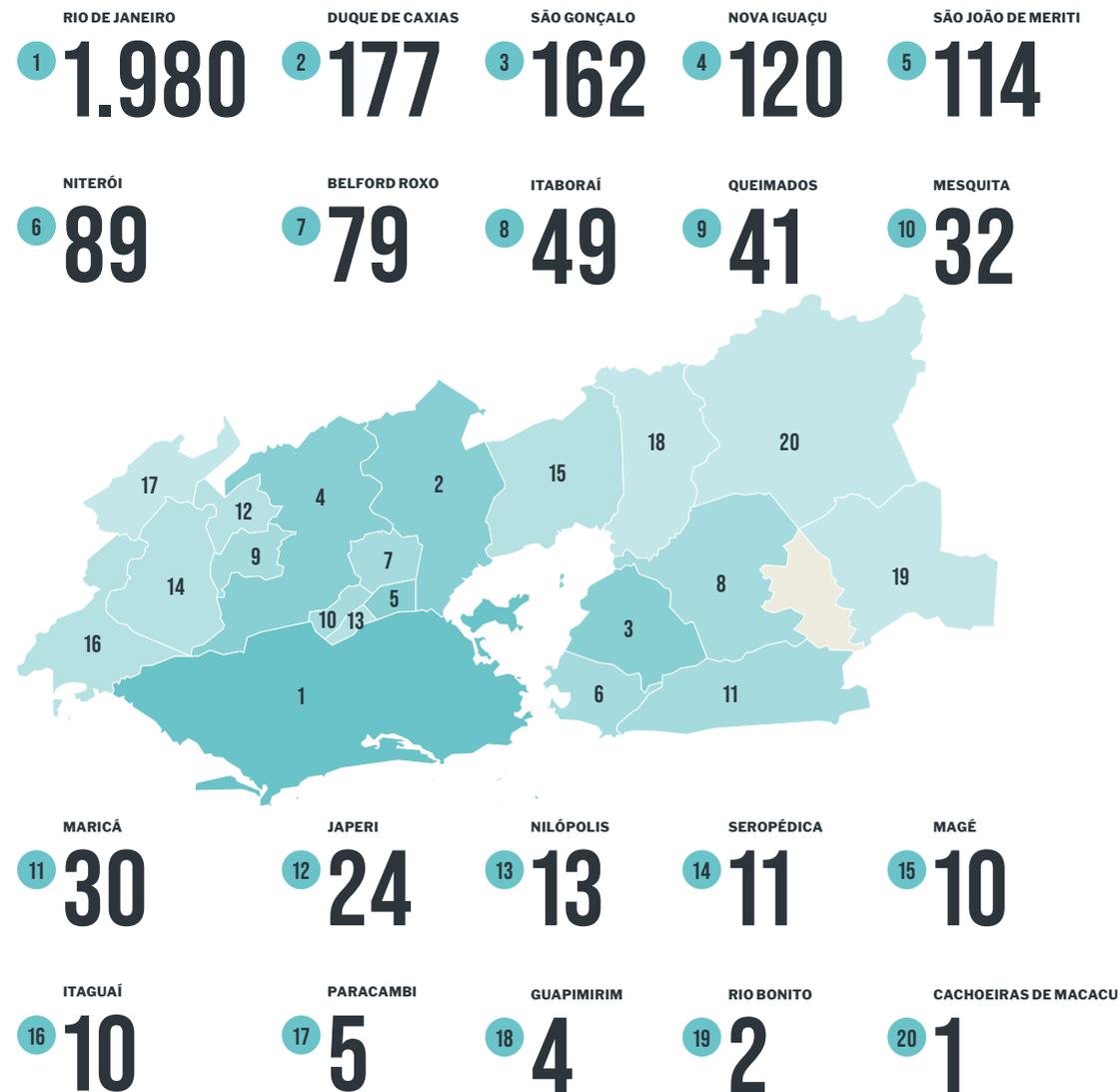
CAPITAL | CENTRO



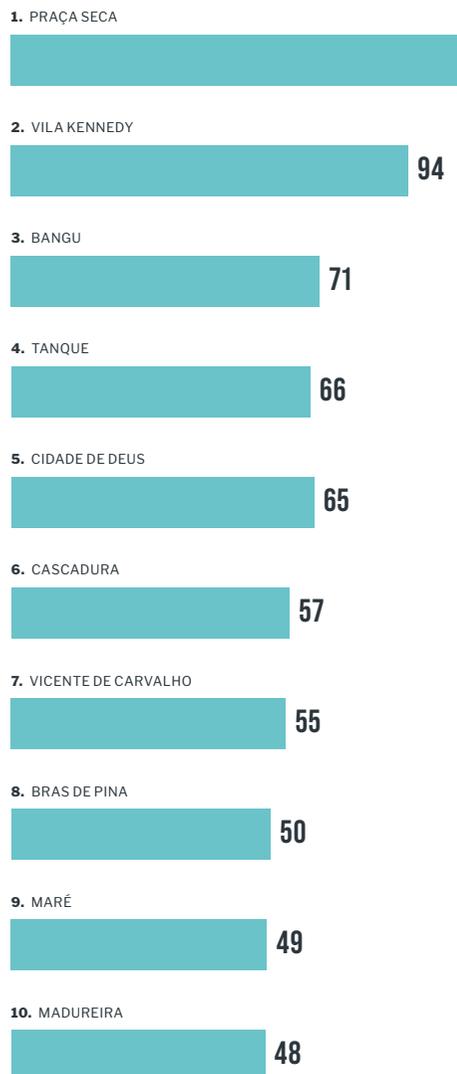
CAPITAL | ZONA SUL



CONCENTRAÇÃO DE TIROTEIOS EM 2023



RANKING DOS 10 BAIROS COM MAIS TIROS EM 2023



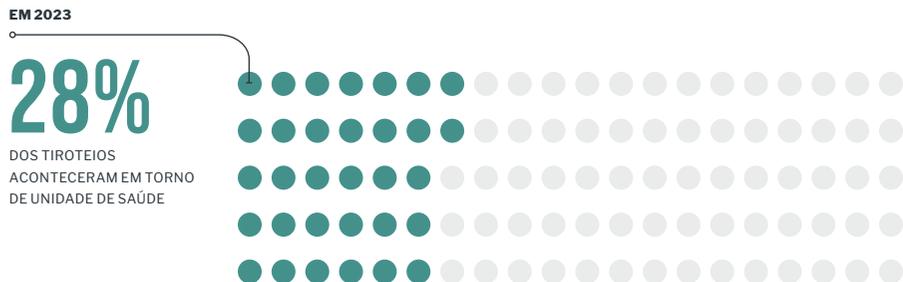
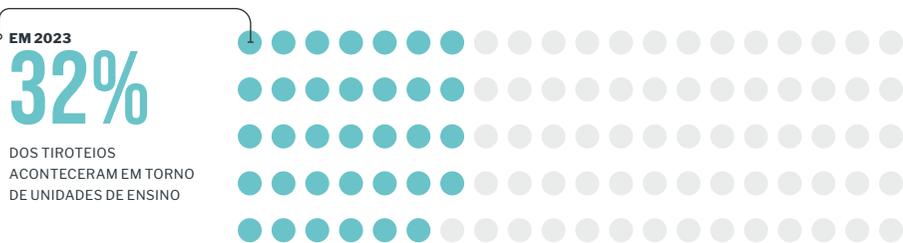
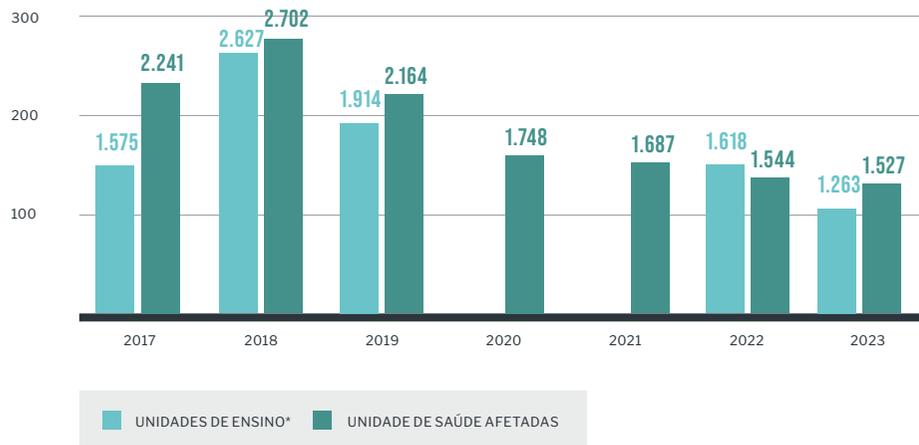
RANKING DOS 5 BAIROS COM MAIS AÇÕES POLICIAIS EM 2023



RANKING DOS 5 BAIROS COM MAIS BALEADOS EM 2023

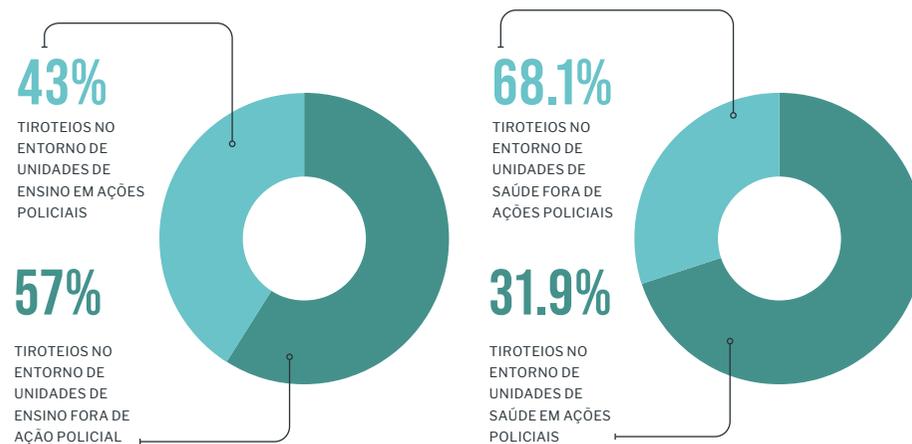


EVOLUÇÃO TEMPORAL DE UNIDADES ESCOLARES E UNIDADE DE SAÚDE AFETADAS PELA VIOLÊNCIA ARMADA

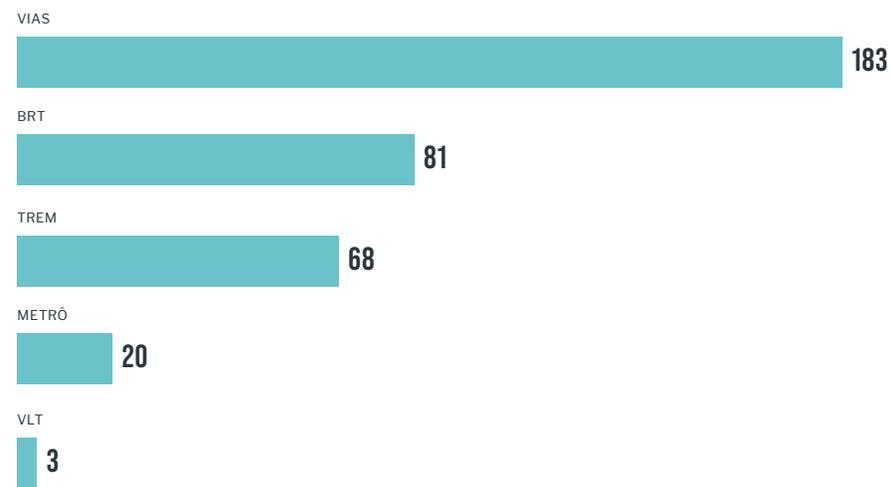


*EM 2020 E 2021 NÃO FIZEMOS O LEVANTAMENTO DE UNIDADES DE ENSINO POR CAUSA DA PANDEMIA.

TIROTEIOS NO ENTORNO DE UNIDADES DE ENSINO E DE SAÚDE EM 2023



TIROTEIOS PRÓXIMOS A CORREDORES DE TRANSPORTE EM 2023



02 BAHIA

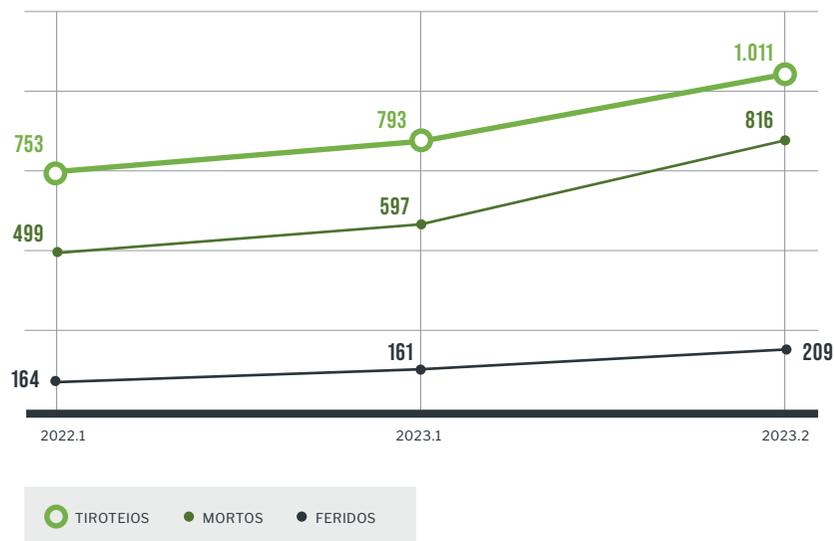
SUMÁRIO

BAHIA

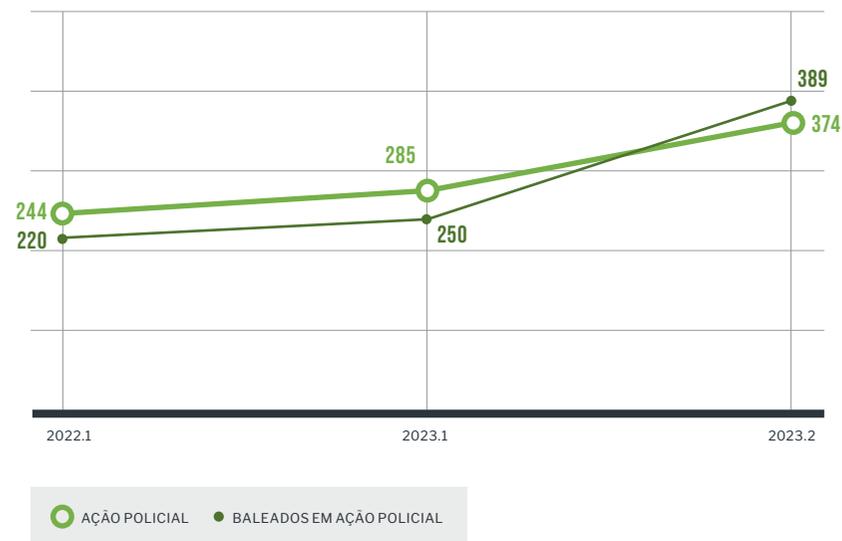
DADOS GERAIS DE 2023



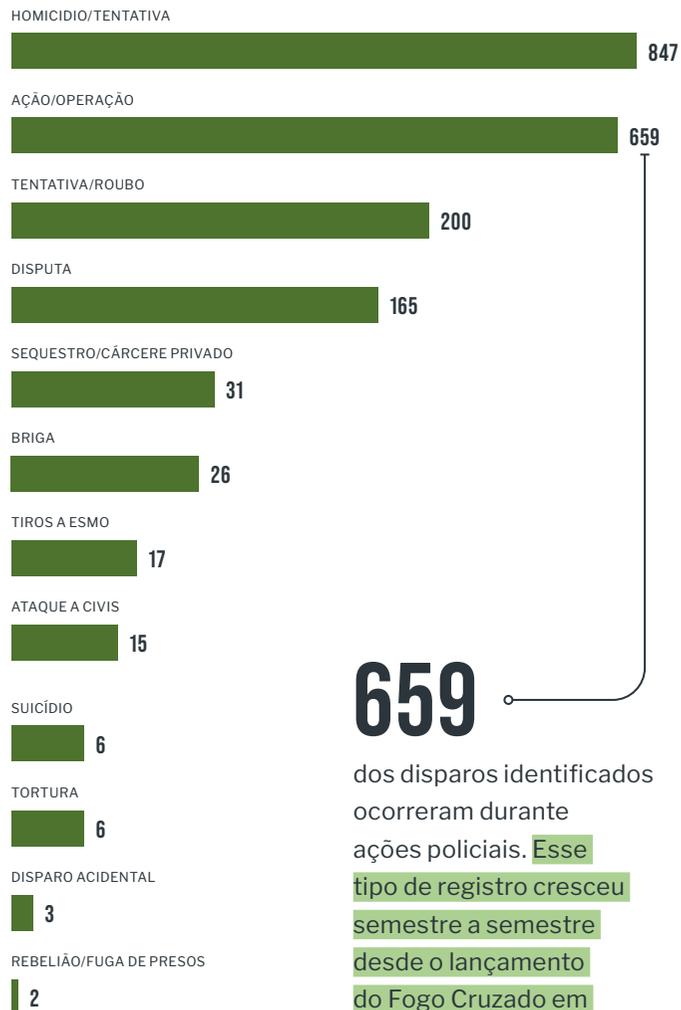
EVOLUÇÃO TEMPORAL TIROTEIOS, MORTOS E FERIDOS



EVOLUÇÃO TEMPORAL DE TIROTEIOS E BALEADOS EM AÇÕES POLICIAIS



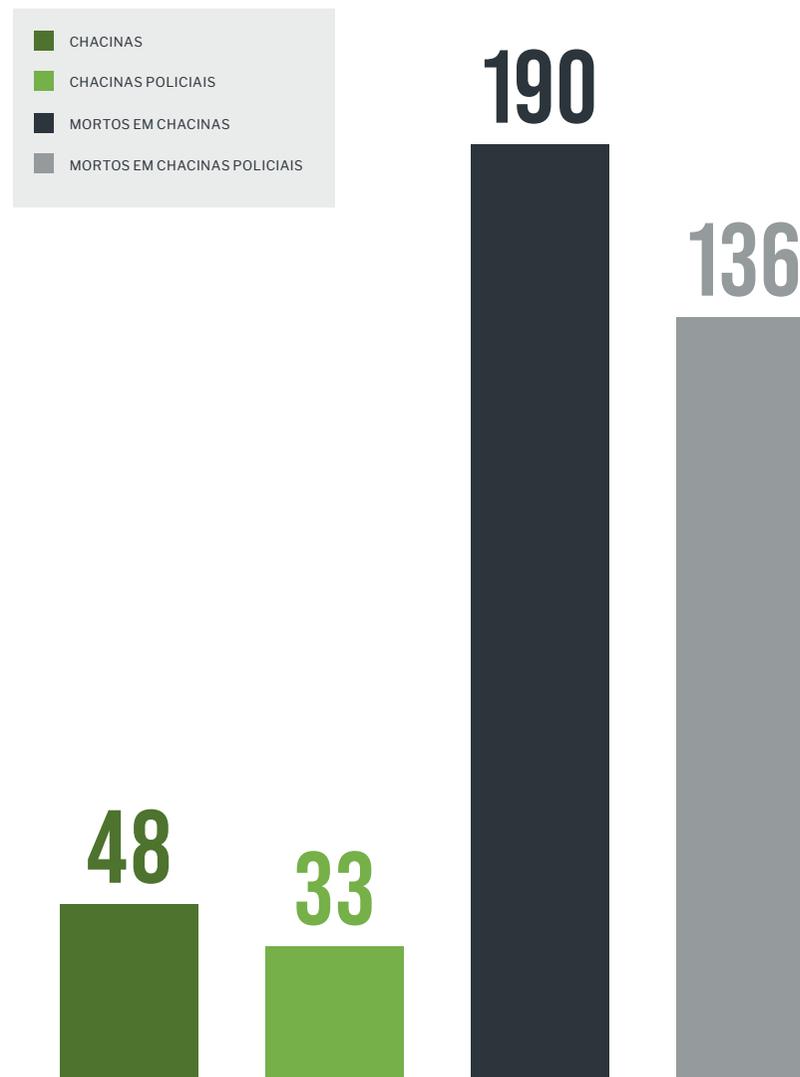
RANKING DE MOTIVOS DOS TIROTEIOS EM 2023



659

dos disparos identificados ocorreram durante ações policiais. Esse tipo de registro cresceu semestre a semestre desde o lançamento do Fogo Cruzado em julho de 2022.

CHACINAS EM 2023

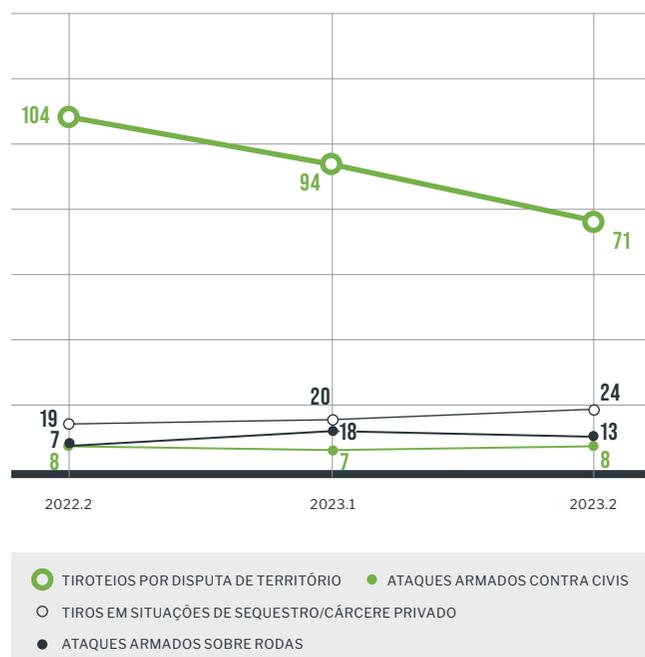


Evolução temporal de perseguições policiais



DISPUTA POR CONTROLE ARMADO DE TERRITÓRIOS

Evolução temporal dos tiroteios por disputa de território, ataque a civis, sequestro/câncere e ataques armados sobre rodas



DESCONTROLE DA VIOLÊNCIA ARMADA

Evolução temporal dos tiroteios em brigas e assaltos



Vítimas de bala perdida em 2023



34%
das vítimas de bala perdida foram atingidas durante ações policiais em 2023.



1.783

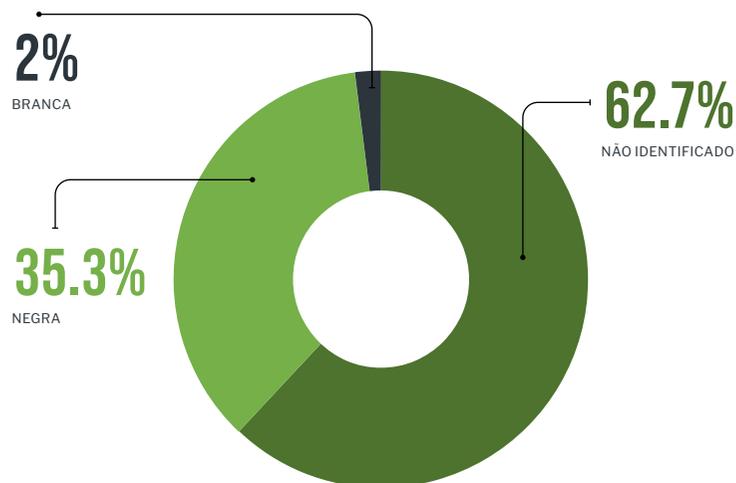
Número de baleados em 2023



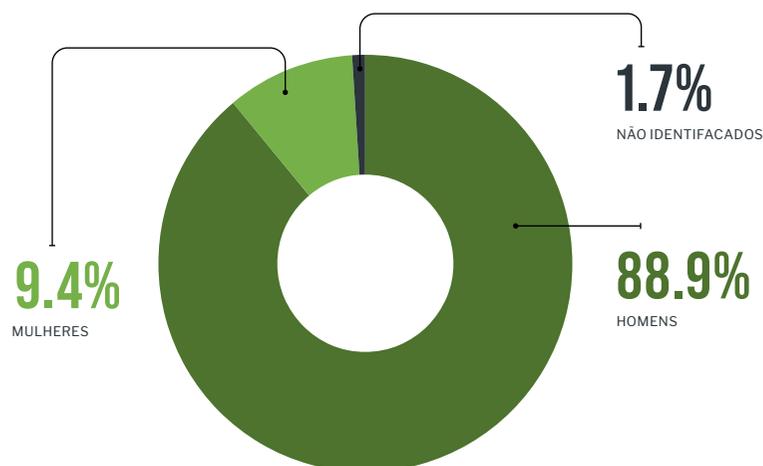
1.118

Raça não foi identificada

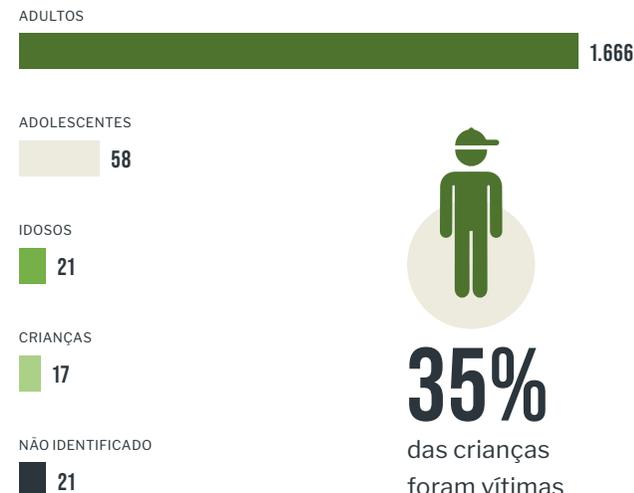
DISTRIBUIÇÃO DE VÍTIMAS POR COR EM 2023



DISTRIBUIÇÃO DE VÍTIMAS ENTRE HOMENS E MULHERES EM 2023



DISTRIBUIÇÃO DE VÍTIMAS POR GRUPO ETÁRIO EM 2023



35%

das crianças foram vítimas de bala perdida em 2023



29%

das crianças e 21% dos adolescentes foram baleados em ação policial em 2023

VÍTIMAS BALEADAS POR LOCAL EM 2023

RESIDÊNCIA



BAR



AUTOMÓVEL



EVENTO



BARBEARIA



TRANSPORTE PÚBLICO



POSTO DE GASOLINA



SHOPPING



LAVA JATO



PRESÍDIO



UNIDADE DE ENSINO



VÍTIMAS BALEADAS POR PROFISSÃO EM 2023

14
MOTOTAXISTA



11
ENTREGADOR | MOTOBOY



9
RIFEIRO

8
MOTORISTA DE APLICATIVO



7
VENDEDOR AMBULANTE

4
LIDERANÇA COMUNITARIA E/OU RELIGIOSA

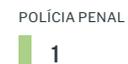
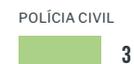


3
POLÍTICO

EVOLUÇÃO TEMPORAL DE AGENTES BALEADOS



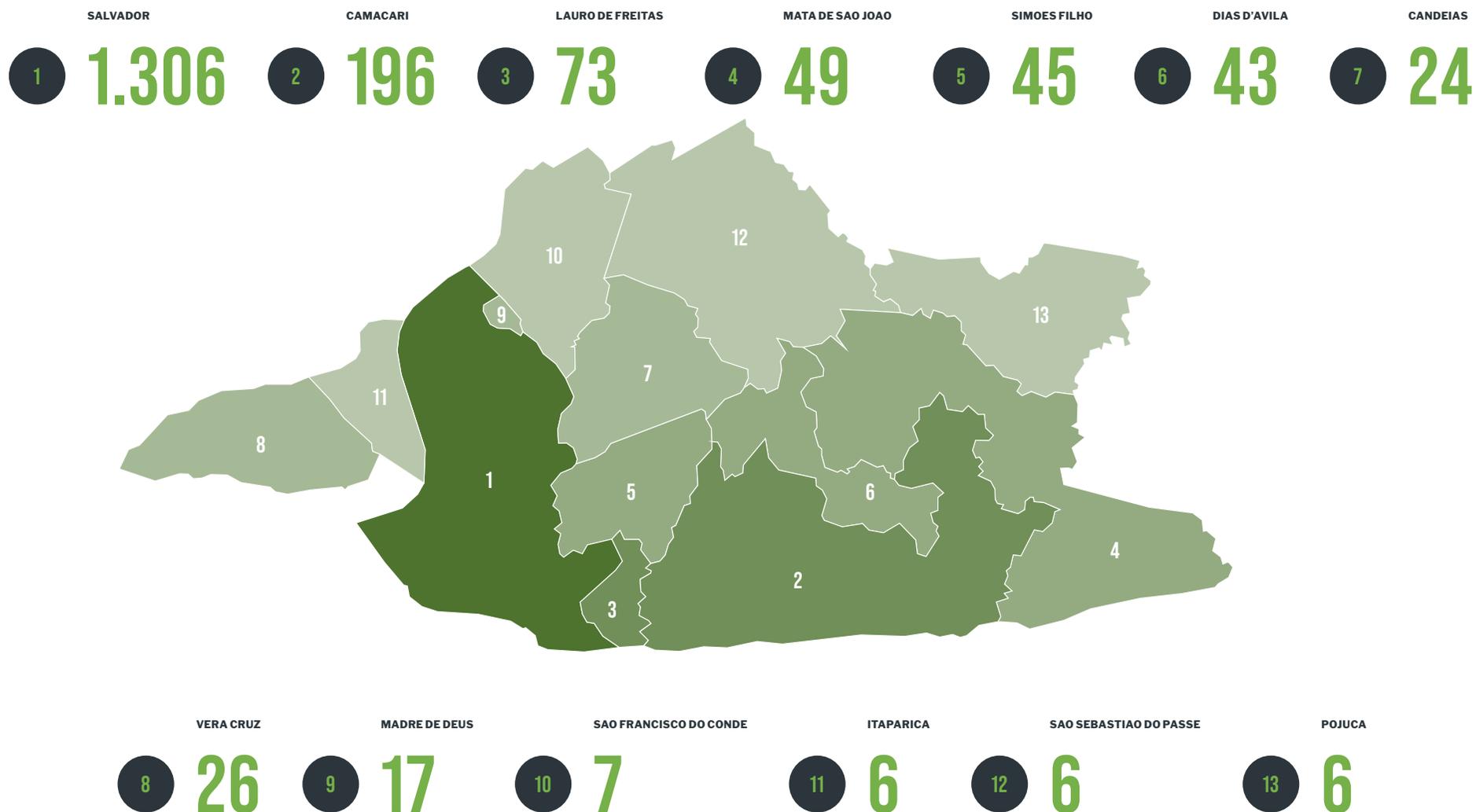
AGENTES BALEADOS POR FORÇA EM 2023



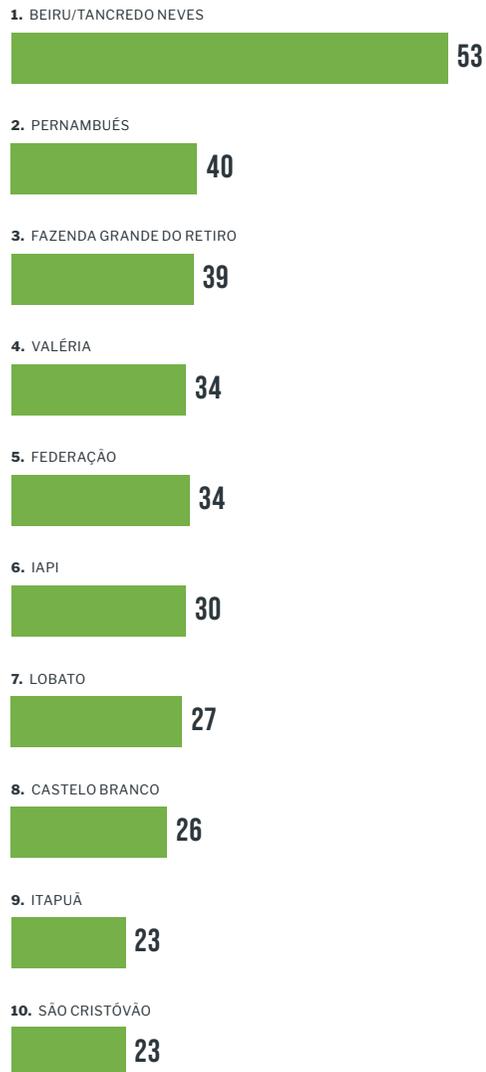
46%
dos agentes baleados em 2023 estavam em serviço no momento dos tiros

TIROTEIOS EM SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA EM 2023

Mapa em escala de cor de acordo com a maior concentração de tiroteios em 2023



RANKING DOS 10 BAIROS COM MAIS TIROS EM 2023



RANKING DOS 5 BAIROS COM MAIS AÇÕES POLICIAIS EM 2023



RANKING DOS 5 BAIROS COM MAIS BALEADOS EM 2023



03 PERNAMBUCO



SUMÁRIO

EVOLUÇÃO TEMPORAL DE TIROTEIOS, MORTOS E FERIDOS



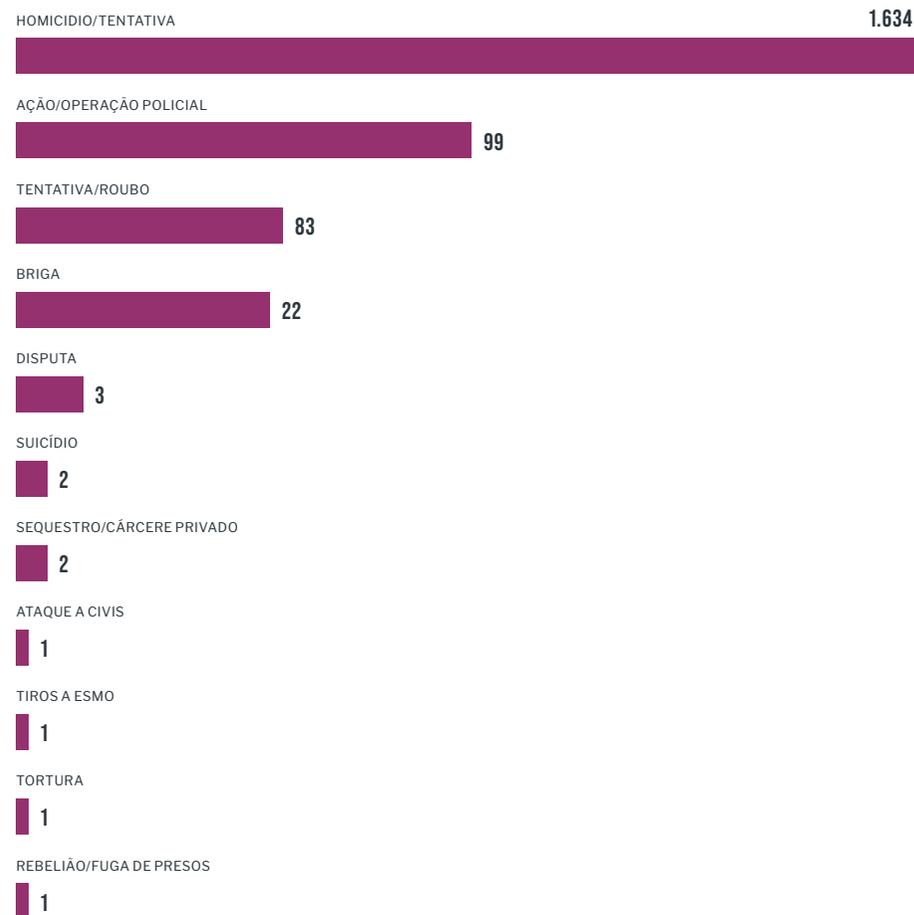
1.827

tiroteios foram mapeados pelo Fogo Cruzado em 2023. Esse é o menor número de tiroteios e disparos de arma de fogo registrado na série histórica desde 2019

99

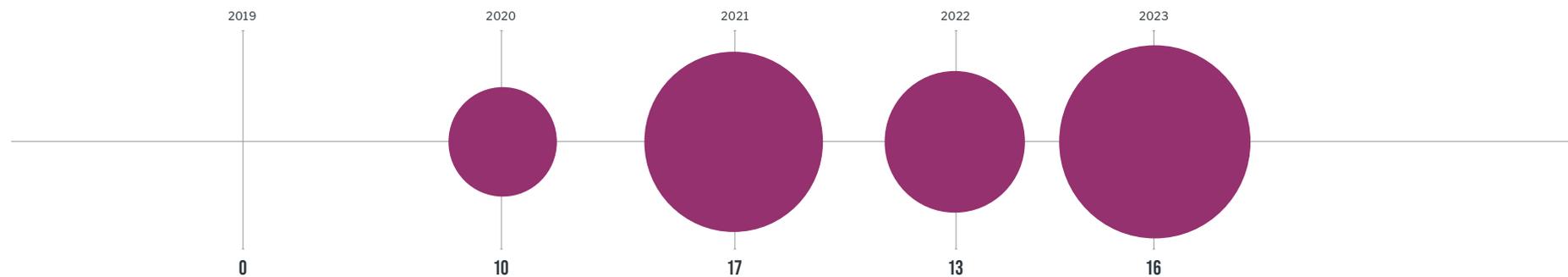
tiroteios em ação policial foram mapeados em 2023. Este é o maior patamar da série histórica, assim como o número de baleados em ações policiais: 113

RANKING DE MOTIVOS DOS TIROTEIOS EM 2023

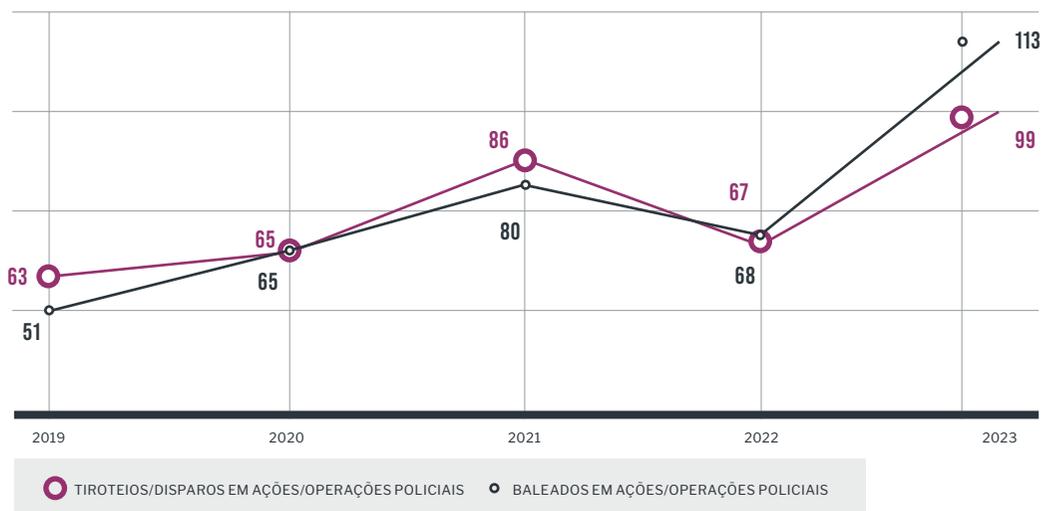


VIOLÊNCIA POLICIAL

Evolução temporal de perseguições policiais



Evolução temporal com tiroteios e baleados em ações policiais

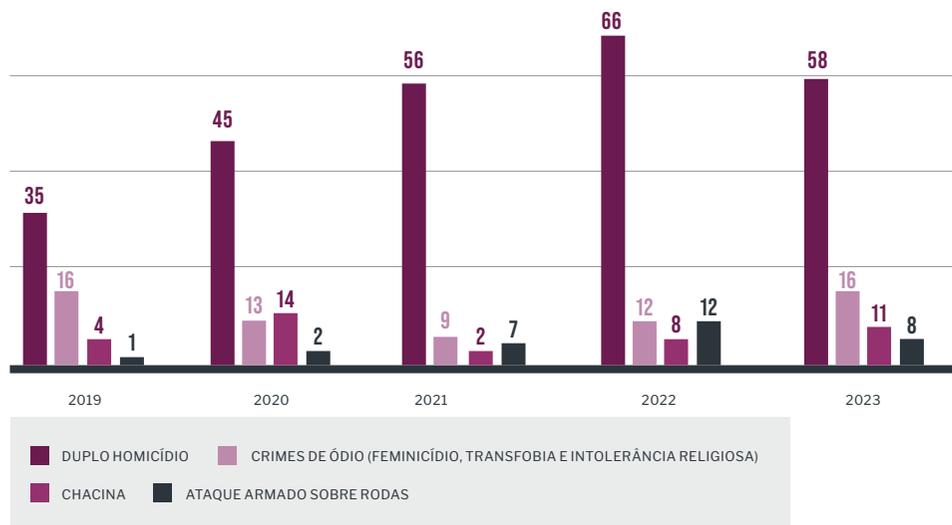


36%

das chacinas registradas em 2023 ocorreram em ações policiais. Em 2023 foram registradas mais chacinas policiais do que em toda a série histórica anterior

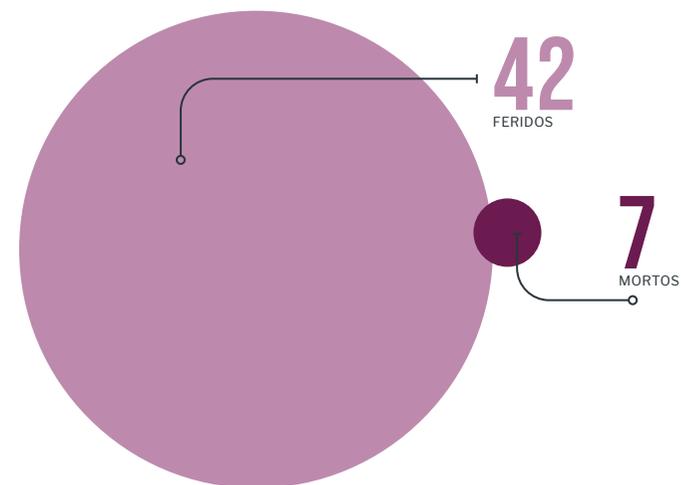
DESCONTROLE DA VIOLÊNCIA ARMADA

evolução temporal de duplos homicídios, chacinas, crimes de ódio e ataque armado sobre rodas



DESCONTROLE DA VIOLÊNCIA ARMADA

Vítimas de balas perdidas em 2023





2.076

Número de baleados em 2023



1.081

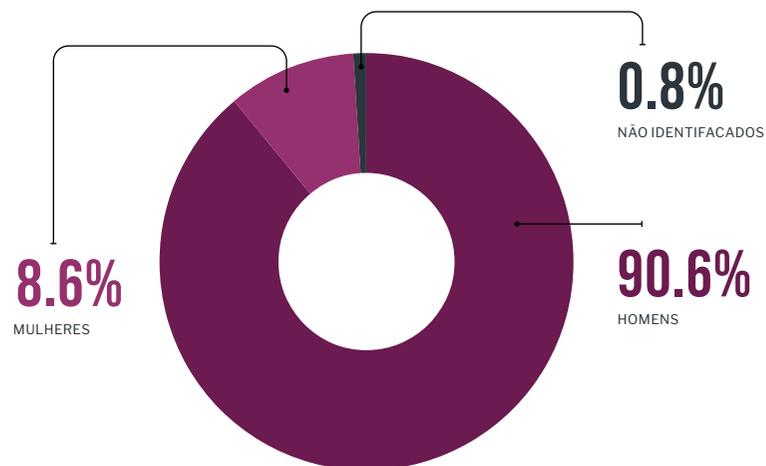
52%. Número total em que raça não foi identificada



24%

das mulheres foram baleadas em casa em 2023

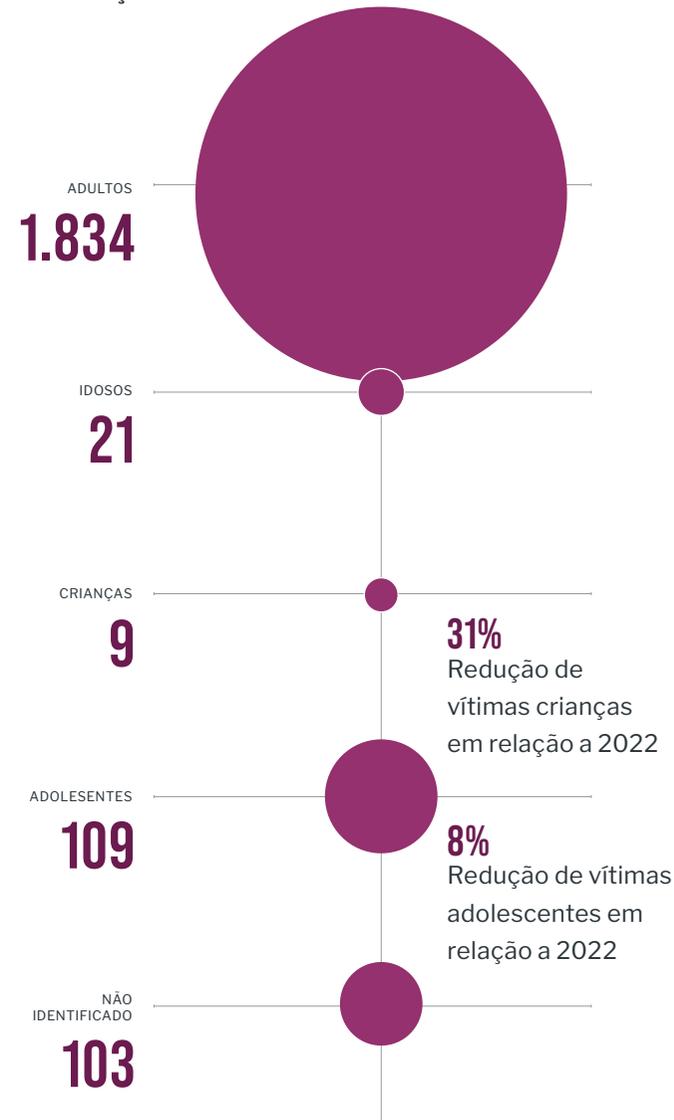
DISTRIBUIÇÃO DE VÍTIMAS ENTRE HOMENS E MULHERES EM 2023



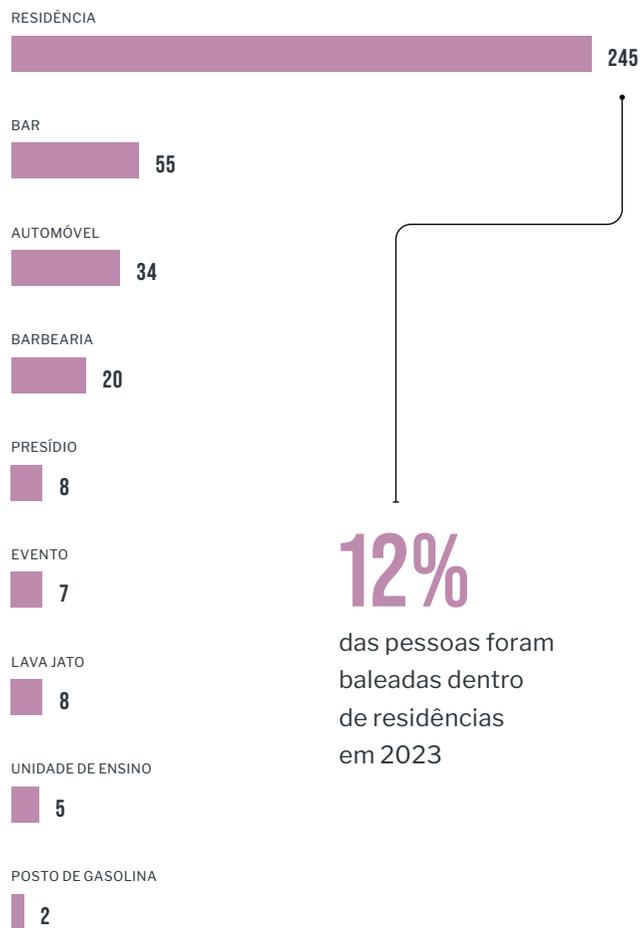
EVOLUÇÃO TEMPORAL DE MULHERES BALEADAS



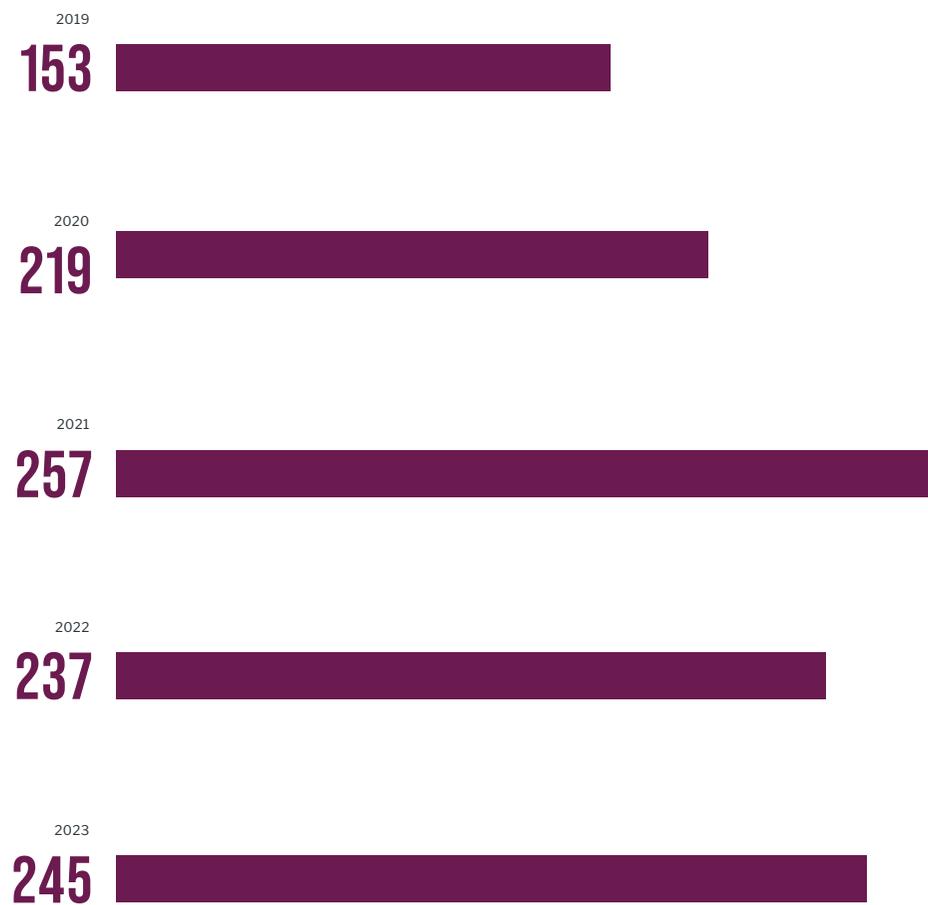
DISTRIBUIÇÃO DE VÍTIMAS POR GRUPO ETÁRIO EM 2023



VÍTIMAS BALEADAS POR LOCAL EM 2023



EVOLUÇÃO TEMPORAL DE PESSOAS BALEADAS EM CASA



TRABALHADORES INFORMAIS BALEADOS EM 2023



EVOLUÇÃO TEMPORAL DE AGENTES BALEADOS



AGENTES BALEADOS POR FORÇA EM 2023



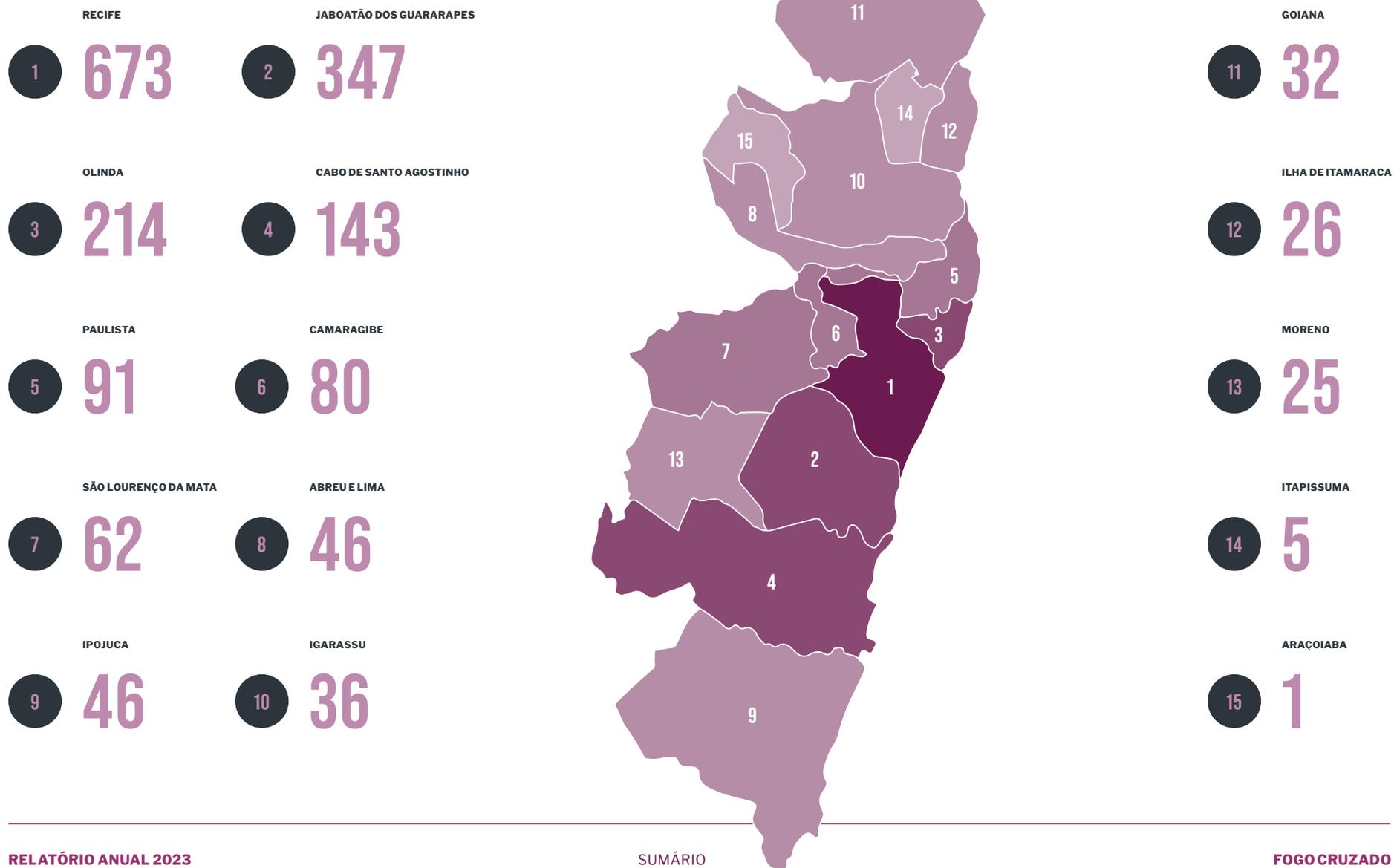
33%

dos agentes de segurança baleados estavam em serviço na hora dos tiros.

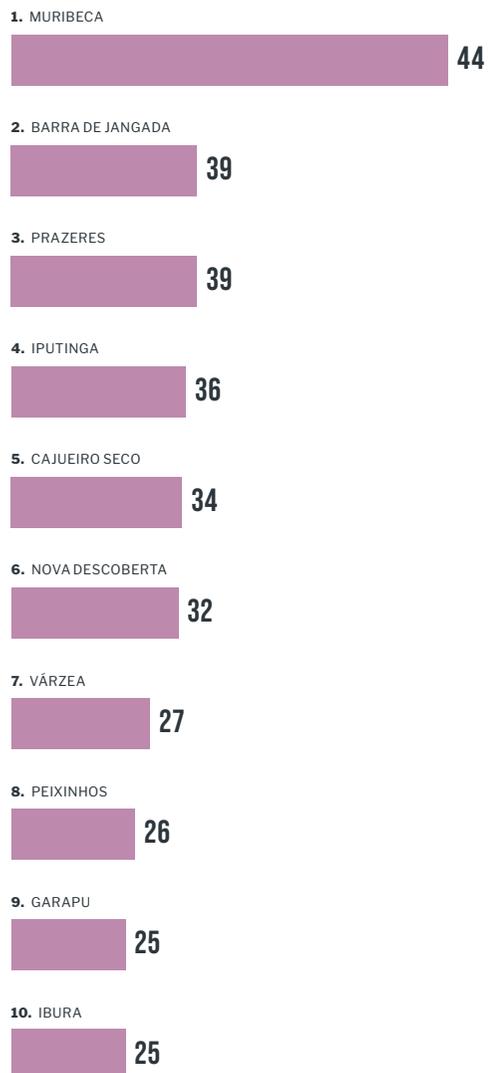
Os outros 2/3 estavam de folga ou já haviam deixado suas corporações

TIROTEIOS EM RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA EM 2023

Mapa em escala de cor: Concentração de tiroteios



RANKING DOS 10 BAIROS COM MAIS TIROS EM 2023



RANKING DOS 5 BAIROS COM MAIS BALEADOS EM 2023



JABOATÃO

TEVE 4 BAIROS DENTRE OS 10 MAIS VIOLENTOS

METODOLOGIA

O Instituto Fogo Cruzado criou uma metodologia inédita para o registro colaborativo e sistemático de episódios de violência armada e suas consequências. Atualmente a organização atua nas regiões metropolitanas de Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Belém. Essa iniciativa desponta no cenário brasileiro pelo seu pioneirismo na combinação de duas estratégias bem-sucedidas:

- Promoção de autonomia da sociedade no registro da violência armada (em suas diversas circunstâncias);
- Curadoria, análise e divulgação responsável das informações, com mecanismos de checagem adequados que garantem confiabilidade aos dados.

A rotina do serviço prestado é baseada no tripé: coleta de dados sobre tiroteios, sistematização das informações em base de dados própria e disseminação do conhecimento produzido. Para tanto, o instituto disponibiliza um aplicativo gratuito exclusivo e site multifuncional e mantém forte presença nas redes sociais.

Cada região metropolitana onde o Fogo Cruzado atua conta com uma equipe responsável por monitorar, diariamente, casos de tiroteios através das nossas fontes. As informações são coletadas: 1) via usuários — através do aplicativo e redes sociais; 2) via imprensa e 3) via informações públicas dos órgãos de segurança.

Uma vez notificado sobre um tiroteio, o analista do Fogo Cruzado checa a veracidade

da informação, de acordo com os critérios pré-estabelecidos pela organização, antes de cadastrá-la no banco de dados. Nessa etapa, os analistas buscam analisar uma série de características dos episódios de violência armada, bem como avaliam marcadores geográficos e temporais para evitar duplicações.

Os dados sistematizados na base de dados sobre violência armada exclusiva do Fogo Cruzado são disponibilizados para a população em múltiplos formatos:

- I. Em sua forma bruta através da API e da ferramenta de pesquisa da mesma.
- II. Em forma de estatísticas através de ferramenta própria no site.
- III. Em forma de indicadores de tendências em tempo real através de postagens em nossas redes sociais.
- IV. Em forma de levantamentos temáticos através da seção de notícias do nosso site.
- V. Em forma de levantamentos acumulados de períodos em nossos relatórios mensais, semestrais e anuais.
- VI. E, finalmente, por e-mail sob demanda de jornalistas, organizações da sociedade civil, gestores públicos ou qualquer cidadão interessado. 

INSTITUTO FOGO CRUZADO**Cecília Olliveira**

Diretora executiva

Maria Isabel Couto

Diretora de dados e transparência

Marianna Araujo

Diretora de comunicação e inovação

GESTÃO**Davi Arloy**

Coordenador de gestão

Leticia Wolowski

Assistente de gestão

COMUNICAÇÃO**Diogo Santos**

Coordenador de comunicação de impacto

Yuri Eiras

Redator

Juliana Aguiar

Analista de redes

Gabrielli Thomaz

Assessora de imprensa

Maria Auxiliadora dos Santos

Assessora de imprensa (BA)

Catarina Barbosa

Assessora de imprensa (PA)

Lory Costa

Designer

DADOS E PESQUISA**Terine Coelho**

Coordenadora de pesquisa

Íris Rosa

Assistente de pesquisa

Rafael Coletto

Assistente de dados

Davi Santos

Analista de TI

EQUIPE BA**Tailane Muniz**

Coordenadora

Brigitte Barreiro**Ominlandê Onawale****Paula Napolião****Vanessa Rocha**

Analistas de dados

EQUIPE PE**Ana Maria Franca**

Coordenadora

Dália Celeste**Katarina Scervino**

Analistas de dados

EQUIPE RJ**Carlos Nhangá**

Coordenador

Apollo Arantes**Laerte Breno****Mayara Mangifeste****Michel Rosa****Olívia Kerhsbaumer**

Analistas de dados

SOBRE O FOGO CRUZADO

O Fogo Cruzado é um Instituto que usa tecnologia para produzir e divulgar dados abertos e colaborativos sobre violência armada, fortalecendo a democracia através da transformação social e da preservação da vida.

Com uma metodologia própria e inovadora, produzimos mais de 30 indicadores inéditos sobre violência nas regiões metropolitanas do Rio, do Recife e de Salvador.

Através de um aplicativo de celular, o Fogo Cruzado recebe e disponibiliza informações sobre tiroteios, checadas em tempo real, que formam o maior banco de dados aberto sobre violência armada da América Latina. Essas informações podem ser acessadas gratuitamente pela API do Instituto ou dos relatórios que produzimos mensalmente.

SOBRE A INICIATIVA NEGRA

A Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas é uma organização da sociedade civil que atua, desde 2015, pela construção de uma agenda de justiça racial e econômica promovendo ações de advocacy em Direitos Humanos e propondo reformas na atual política de combate às drogas.

Inicialmente como um projeto, hoje a Iniciativa está consolidada como a primeira ONG negra do país a assumir o compromisso de diagnosticar e apontar soluções pacíficas para uma reforma da política sobre drogas a partir da perspectiva racial. Para nós, a chamada “guerra às drogas” no Brasil é a principal justificativa política para a manutenção da opressão racial sobre a população negra.

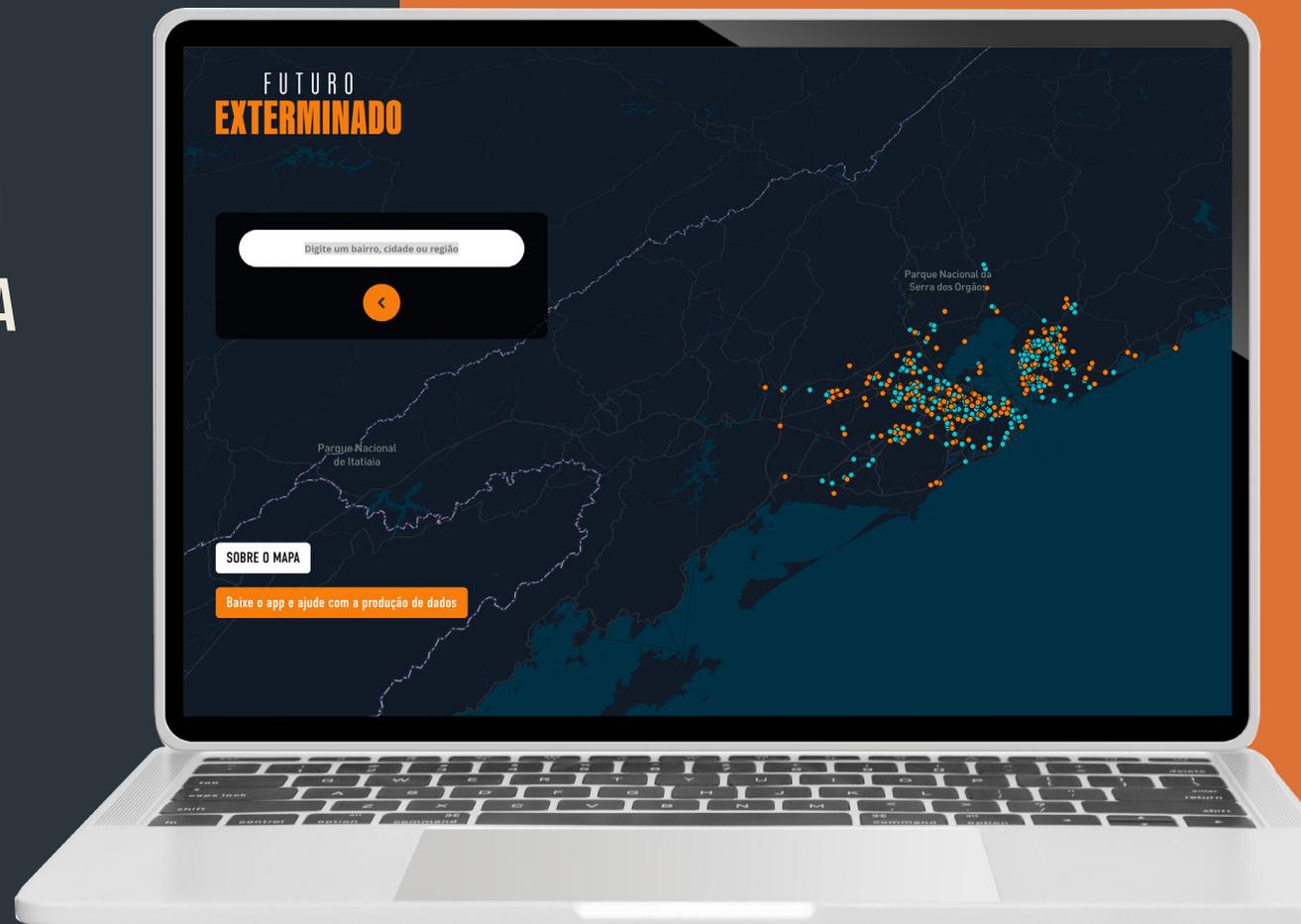
Com foco nas agendas nacionais e regionais de segurança pública, sistema de justiça e saúde mental, o trabalho da Iniciativa Negra consiste em fortalecer a democracia brasileira e assegurar os direitos de populações historicamente discriminadas, como negros, indígenas e habitantes de periferias.

SOBRE O GAJOP

O Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) é uma entidade da sociedade civil, criada em 1981, que tem como missão “Defender e promover os Direitos Humanos, com foco no Acesso à Justiça e a Segurança, em especial, dos segmentos socialmente vulneráveis, através da Educação em Direitos Humanos, do Controle Social e do Monitoramento de Políticas Públicas, visando a construção de uma sociedade digna, justa e democrática”. O GAJOP atua na defesa intransigente dos direitos humanos, a partir das linhas estratégicas: Acesso à Justiça; Sistema de Justiça Criminal; Educação em Direitos Humanos; Infância e Juventude.

**MAIS DE 600 CRIANÇAS
E ADOLESCENTES FORAM
BALEADAS NO GRANDE RIO
DESDE 2016. O FOGO CRUZADO
CRIOU UMA PLATAFORMA PARA
CONSULTA DESSES DADOS.**

SAIBA MAIS: WWW.FUTUROEXTERMINADO.COM.BR



FOGOCRUZADO